



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO**

----- No dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes como Primeira Secretária e pela Senhora Isabel Cristina Bento Fernandes como Segunda Secretária. A Sessão teve início às 09 horas e 15 minutos, tendo-se verificado as seguintes faltas: -----
Senhora Deputada Municipal Amélia Maria da Silva Soares (justificada); -----
Senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu (justificada); -----
Senhor Deputado Municipal José Alberto da Costa Ferreira (injustificada); -----
Senhor Deputado Municipal Paulo Alexandre Teixeira de Almeida (Injustificada); -----
Senhor Deputado Municipal Mauro Leandro Matos Pinto (Injustificada); -----
Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fail e Vila Chã de Sá José António Marques Seabra Figueiredo (Injustificada); -----

Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência recebida e expedida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito: -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

- A Assembleia Municipal de Viseu recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----
- A Assembleia Municipal de Viseu recebeu vários pedidos de cedência do Salão Nobre. ---
- Foi recebida correspondência de entidades, particulares e Membros da Assembleia Municipal referente a assuntos de natureza diversa. -----
- Foi efetuada troca de correspondência com a CMV para esclarecimento de situações colocadas. -----
- As diversas entidades às quais foram enviadas comunicações com a informação das deliberações que foram aprovadas na última sessão acusaram a receção das mesmas. -----
- A Infraestruturas de Portugal remeteu ofício de resposta à Moção “Pela Urgente Requalificação e Duplicação e pela Construção do IC12 aprovada na Sessão Ordinária da AM de 18/06/2023. -----
- A Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico a Tabela de Taxas – Ano de 2024. -----
- O Grupo Parlamentar do PSD remeteu email no qual agradece o envio da a Moção “Repúdio dos Atrasos na Modernização da Linha da Beira Alta a Favor da Ligação de Viseu `Linha da Beira Alta. -----
- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email no qual acusam a receção da a Moção “Repúdio dos Atrasos na Modernização da Linha da Beira Alta a Favor da Ligação de Viseu `Linha da Beira Alta. -----
- A 13CAPOTPL@ar.parlamento.pt remeteu email no qual acusam a boa receção dos documentos enviados. -----
- A Escola Secundária de Emídio Navarro remeteu via postal agradecimento pelo Voto de Louvor à ESEN. -----
- O Presidente da Câmara Municipal de Bragança remeteu ofício referente a assunto:

Tomada de Posição relativa à Exigência da Manutenção, sem interrupção, da Ligação Aérea Bragança-Vila Real-Viseu-Tires-Portimão. -----

– O Presidente da Câmara Municipal Vila Real remeteu ofício referente a assunto: Ligação Aérea Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão. -----

– Foram recebidas várias reclamações/queixas de cidadãos. -----

– A Exma. Sra. Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu remeteu email referente ao assunto: Apresentação de Cumprimentos. -----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 26 de fevereiro de 2024. -----

– O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município para a Sessão Ordinária da AM de 26 de fevereiro de 2024. -----

– Foram recebidas comunicações de indisponibilidade de presença e pedidos de substituição para a Sessão Ordinária da AM de 26 de fevereiro de 2024. -----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA: -----

– foi remetida via EDOC ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, bem como as respetivas certidões referentes aos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária da AM de 18-12-2023. -----

– Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia da Ata da Sessão Ordinária da AM de 18 de setembro de 2023. -----

– Depois de devidamente rubricados e carimbados remeto em anexo o seguinte documento: Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu para o ano de 2024. -----

– Foram tornadas públicas as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, referentes aos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 18-12-2023. -----

– Foi remetido aos Membros da AM ofício das Infraestruturas de Portugal em resposta à Moção enviada “Pela Urgente Requalificação e Duplicação do IP3 e construção do IC12” aprovada na Sessão Ordinária da AM de 18/06/2023. -----

– Foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara o ofício das Infraestruturas de Portugal em resposta à Moção enviada “Pela Urgente Requalificação e Duplicação do IP3 e construção do IC12” aprovada na Sessão Ordinária da AM de 18/06/2023. -----

– Foi enviada aos líderes dos Grupos Parlamentar da AR, à Deputada Única do Partido PAN, ao Deputado Único do Partido Livre, à Presidente da CCCDR Centro, ao Presidente da CIMVDL, e a Presidente da Câmara Municipal de Viseu a Moção “Repúdio dos Atrasos na Modernização da Linha da Beira Alta a Favor da Ligação de Viseu `Linha da Beira Alta.

– Foi enviado à Exma. Família do Exmo. Sr. Professor José Moreira Amaral o Voto de Pesar pelo seu falecimento aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária de 18/12/2023. -----

– Foi enviado ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara o Voto de Pesar pelo falecimento do Professor José Moreira Amaral aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária de 18/12/2023. -----

– Foi enviada à Câmara Municipal de Viseu cópia da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na Sessão Ordinária da AM de 18/12/2023. -----

– Foi enviado ao Exmo. Sr. Diretor da Escola Secundária Emídio Navarro o Voto de Louvor à Escola Secundária de Emídio Navarro na Passagem e Celebração dos seus 125 anos aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 18/12/2023. -----

– Foi remetida à 13CAPOTPL@ar.parlamento.pt ofício em anexo informação enviada pela Câmara Municipal. -----

– Foram remetidas aos Grupos Municipais as várias reclamações/queixas enviadas por cidadãos. -----



– Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu e Membros da Assembleia Municipal foi remetido o email do Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vila Real referente ao assunto: **Ligação Aérea Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão**. ----

– Foram enviadas às diversas entidades comunicações com a informação das Deliberações que foram aprovadas na Sessão Ordinária da AM de 18-12-2023. -----

– Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e Jornal da Beira, Edital para a publicação da Sessão Ordinária da AM de 26 de fevereiro de 2024. -----

– Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital da Sessão Ordinária da AM de 26 de fevereiro de 2024 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----

– Foram enviadas aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico, Convocatória para Sessão Ordinária da AM de 26 de fevereiro de 2024 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----

– Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da CMV e dos Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, via postal e via correio eletrónico, Convocatória para Sessão Ordinária da AM de 26 de fevereiro de 2024 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----

– Foi enviada via correio eletrónico a todos os Membros da AM a Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara. 21 – Foram enviadas via postal e via correio eletrónico as comunicações de substituição das vagas ocorridas na Sessão Ordinária da AM de 26 de fevereiro de 2024 aos membros substitutos bem como às respetivas forças políticas. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Já está verificada a existência de quórum pelo registo das presenças já efetuadas. -----

Vamos iniciar os nossos trabalhos, e cumpre à Mesa dar algumas informações ao Plenário. Começamos por informar o Plenário que, em resposta à convocatória para esta sessão ordinária, recebemos algumas comunicações de impossibilidade de presença e pedidos de substituição para esta sessão. -----

Assim, -----

O Deputado Municipal do PSD Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira, é substituído por Paulo Alexandre Teixeira de Almeida por impossibilidade de Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes; -----

A Deputada Municipal de PS Paula Cristina Santos Dias é substituída por Celina Lourenço Martins Ferreira; -----

A Deputada Municipal do PS Márcia Maria Alves Marvão Lucas Martins, é substituída por Mauro Leandro Matos Pinto; -----

O Deputado Municipal do PS André Filipe Marques da Cunha é substituído por Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu por impossibilidade de Ana Cláudia Carvalho Salgueiro. A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda Ana Carolina Damas Gomes é substituída por Lúcia Maria de Abreu Vilhena. -----

Foi comunicado a todas as forças políticas as vagas ocorridas e o competente preenchimento. No ano em que se assinala os 50 anos da Revolução de Abril, efeméride muito significativa para a democracia Portuguesa, não pode deixar de ser assinalada. A Assembleia Municipal de Viseu no âmbito da 17ª edição da Sessão Plenária da Assembleia Municipal Infantil, lançou o desafio à comunidade escolar para uma reflexão subordinada ao tema “1974-2024 – 50 ANOS EM LIBERDADE”. -----

Informamos que registamos com muito agrado que no dia 23 se realizou com muito sucesso 17.ª Sessão Plenária da Assembleia Municipal Infantil. -----

Esta Assembleia Municipal Infantil é dirigida aos alunos do 4.º ano do ensino básico,

envolvendo os 5 Agrupamentos de Escolas do concelho - Grão Vasco, Viso, Viseu Norte, Infante D. Henrique e Mundão, os Colégios - Imaculada Conceição e Via Sacra, e o Jardim Escola João de Deus. -----

Foram abordados os seguintes subtemas: -----

- “O 25 de abril a conquista da Liberdade e da Democracia”; -----

- “Somos Livres”; -----

- “A Escola, antes e depois do 25 de abril de 1974”; -----

- “Ser criança”; -----

- “50 Anos em Liberdade”; -----

- ”Liberdade“ -----

- “Educação de abril a abril”; -----

- “Agora Podes” -----

- Com esta Sessão Plenária pretendeu-se proporcionar aos alunos uma experiência de participação cívica e intervenção política, estimulando também a argumentação dos ideais no debate democrático. -----

Depois de empossados pelo Presidente da Mesa, os “deputados” eleitos apresentam à Assembleia Municipal Infantil, reunida em Plenário, as suas propostas e moções, resultantes dos trabalhos que desenvolveram sobre a temática proposta. -----

Os trabalhos desenvolvidos, incluíram também a elaboração de um cartaz no âmbito de um Concurso que envolveu também todas as escolas. -----

Na Sessão, realizada em estreita colaboração com a Câmara Municipal, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Fernando Ruas, o Senhor Vereador da Educação, Pedro Ribeiro e os representantes dos Grupos Municipais do PSD e PS, Pedro Alves e Lúcia Silva. -----

A Sessão Plenária da Assembleia Municipal Infantil contou com a colaboração dos alunos da Escola Profissional Mariana Seixas a quem se deixa um agradecimento. -----

Informamos também que foi feita a retificação da Convocatória da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e por isso passo a ler a retificação, retificação essa que teve a ver com a data da Assembleia que foi enviada para todos, o chamado circuito de informação, que são os Senhores Deputados, Editais, a própria Câmara, Juntas de Freguesia, por isso a retificação foi enviada. -----

“Tendo-se constatado que no Edital e na Convocatória para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, por simples lapso de escrita, foi indicado a data de 26 de fevereiro de 2023, quando, na verdade, se pretendia indicar a data de 26 de fevereiro de 2024, o que resulta evidenciado do próprio contexto dos mencionados Edital e Convocatória, data de emissão e expedição dos mesmos. (Ou seja, a data que ia de emissão, como era óbvio o de 2024). -----

Tratando-se assim de um erro sanável, procede-se à retificação do mencionado lapso escrita em conformidade, de modo que, para os devidos efeitos, seja considerada e passe a constar a data de 26 de fevereiro de 2024. -----

Esta retificação inclusivamente também foi publicada no Jornal onde tinham sido publicadas as Convocatórias. -----

Também recebemos da parte da Câmara, referente ao Ponto da Ordem da Trabalhos.... a proposta da Ordem de trabalhos é o PONTO DEZASSETE (17) onde se dizia: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DO DOMINIO PÚBLICO, SITA NA ROTUNDA DA EN 220 JUNTO AO MATADOURO, NA FREGUESIA DE VISEU. -----

Recebeu-se da parte da câmara a situação de retificação, por isso, na sequência do ofício remetido com a referência de 16-02-2024, remete-se para os devidos efeitos a transcrição da deliberação tomada por esta Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada no dia

15-02-2024, relativa ao assunto acima referenciado, corrigida da gralha identificada na indicação da EN, tendo constado EN220, quando deveria constar EN229. -----

Também esta situação foi objeto de retificação e já foi enviada também não só para a publicitação do Portal da Câmara, como foi enviada para todos os Senhores Deputados. --- Por outro lado informa-se também que foi atempadamente disponibilizado online para consulta o resumo de correspondência recebida e expedida, sendo geralmente arquivada na pasta da sessão que se lhe segue, estando disponível para consulta no Gabinete de Apoio, sendo também acautelados todos os procedimentos para esclarecimento das questões colocadas. -----

Antes de entrarmos no Período de Antes da Ordem do Dia ia fazer aqui uma proposta atendendo também que guardámos um minuto de silêncio e também o Partido Socialista tem um Voto de Pesar que ia ser votado agora. -----

Por isso, cumpriram-se no passado dia 24 de fevereiro 2 anos do triste aniversário da invasão de um país soberano, a Ucrânia, por parte da Rússia de Putin, invasão que está a destruir um país livre e soberano que originou milhões de refugiados e deslocados e milhares de feridos e mortos civis e militares. Passados 2 anos desta tragédia política e militar não podemos deixar de apoiar o povo martirizado da Ucrânia e por isso propúnhamos que guardemos um minuto de silêncio em memória de todas as vítimas ucranianas falecidas devido à invasão. Fazíamos esta proposta para análise e discussão. -----

----- **UM – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Bom dia. Senhor Presidente, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia Municipal, estimado Público. -----

Obviamente que não só o Partido Socialista se associa a este voto e a este minuto de silêncio que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propõe, como temos também um Voto de Pesar a apresentar a esta Assembleia que se calhar faz todo o sentido que seja também já apresentado para, digamos, partilharmos depois o minuto de silêncio. -----

No passado dia 4 de fevereiro, faleceu o ilustre viseense João Alfredo Félix Vieira Lima. Nascido em Viseu a 23 de Maio de 1940, deixou-nos com 83 anos de uma vida recheada de experiências e indeléveis contributos à nossa sociedade e ao nosso país. -----

Iniciou os estudos em Viseu tendo terminado a licenciatura de direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. -----

Após o estágio, passou a exercer advocacia em regime livre, ininterruptamente, até meados de 1975, data em que passou, a tempo inteiro, ao exercício da actividade política, suspendendo a sua anterior prática profissional. -----

Ainda na década de sessenta, a par da advocacia desenvolveu actividade pública, sendo membro fundador da Associação Socialista Portuguesa (ASP) a qual, em 1973, se transformaria no Partido Socialista Português do qual é também membro fundador e tendo nele exercido cargos directivos nas suas Comissões Nacional e Política. -----

Em Abril de 1975 foi eleito Deputado à Assembleia Constituinte, sendo designado para a respectiva Comissão de Liberdade, Direitos e Garantias, tendo participado amplamente nos primeiros debates sobre o texto constitucional em discussão. -----

Porém, em setembro de 1975, suspendeu o seu mandato como Deputado Constituinte, para ser nomeado Chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do 6º Governo Provisório, cargo que exerceu até ao mês de abril do ano seguinte. -----

Eleito Deputado à Assembleia da República pelo Círculo da Europa em Abril de 1976, nas primeiras eleições legislativas, foi, entretanto, nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e da Emigração, cargo que exerceu no 1º e 2º Governos Constitucionais presididos pelo Dr. Mário Soares, até setembro de 1978. -----

Em fins de setembro de 1978, com a queda do 2º Governo Constitucional, retomou o seu mandato como Deputado à Assembleia da República, sendo nomeado Vice-Presidente da respectiva Comissão dos Negócios Estrangeiros, e membro da Comissão eventual para investigação do Acidente de Camarate (1981), cessando, por razões pessoais, o exercício da sua actividade política em 1983. -----

Entretanto, retomou a sua profissão, mas em moldes totalmente novos, passando a dedicar-se à consultadoria para as mais diversificadas empresas e grupos económicos, nomeadamente no domínio dos têxteis, da construção civil, da hotelaria e dos transportes. - Em Janeiro de 1990 entrou no quadro de pessoal da Sociedade Portuguesa de Investimentos, S.A. em dedicação exclusiva assessorando o Conselho de Administração. -----

Intensificou-se, então, a sua participação na elaboração de projectos e consequentes contactos que aquela empresa desenvolveu em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, nomeadamente no sector diamantífero, no das rochas ornamentais, no da hotelaria, no da distribuição e em outros diversificados ramos de negócio. -----

Autor de diversos pareceres jurídicos em matéria comercial e civil, foi assíduo preletor em seminários, congressos e debates versando aqueles temas, bem como em cursos de formação sobre integração europeia e a introdução em Portugal do Direito Comunitário. -----

Foi membro da Ordem dos Advogados, foi sócio da Associação de Estudos de Direito e membro do Conselho Consultivo do Instituto de Estudos Estratégicos Internacional. -----

Por isto, vem o Partido Socialista propor a esta Assembleia Municipal um Voto de Pesar que passo a citar. -----

Neste momento de profundo pesar, após a sua partida, a Assembleia Municipal de Viseu manifesta à sua esposa, Maria Helena Sousa Vieira Lima e toda a família, a sua solidariedade e admiração pelo ilustre concidadão João Vieira Lima. -----

Mais propõe o Partido Socialista que seja pela Comissão de Toponímia o seu nome considerado para constar de uma rua da nossa cidade e assim o seu legado permanecer uma referência. -----

Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em discussão a proposta de se guardar um minuto de silêncio em memória de todas as vítimas e o Voto de Pesar em relação a João Alfredo Félix Vieira Lima. -----

Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **DOIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** muito obrigado Senhor Presidente. Quero cumprimentar todos os elementos da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os restantes Membros da Câmara Municipal, todos os Membros desta Assembleia, e serve para dizer que nos associamos naturalmente pela relevância do minuto de silêncio que vamos fazer aqui ao que acontece hoje ainda na Ucrânia e é sempre bom recordar estes momentos, para que as consciências não se adormeçam e por outro lado também associar-nos aqui ao Voto de Pesar do Partido Socialista em toda a sua plenitude. -----

Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Não havendo nenhum pedido de intervenção iríamos proceder há votação da proposta de Voto de Pesar em relação ao Viseense João Alfredo Félix Vieira Lima. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* -----

Iriamos também então, proceder à proposta de se guardar um minuto de silêncio em memória de todas as vítimas ucranianas falecidas devido há invasão da Rússia de Putin. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* Íamos então guardar um minuto de silêncio. -----

Guardou-se um minuto de silêncio. -----

Temos aqui uma proposta por parte da Mesa que é habitual que é a proposta para efeitos de execução imediata as deliberações incluindo as do PAOD sejam aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. Em relação a esta proposta: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada por unanimidade.* -----

Em relação à Ata, a Ata foi disponibilizada para análise dos Senhores Deputados em simultâneo com os documentos de suporte aos assuntos que vão ser apreciados na Ordem do Dia. Como não chegou até agora qualquer observação aos documentos distribuídos, pelo que estamos em condições de proceder à votação dos mesmos. Refere-se à Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2023. Por isso, em relação a esta Ata, algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra vamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovada por unanimidade.* -----

Vamos então iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia, já temos aqui as inscrições de dois Grupos Municipais, PS e PSD. Então, se permitem há Mesa fazer uma proposta rápida também que tem a ver com o 25 de Abril. -----

Atendendo a que no dia 25 de Abril se comemoram os 50 anos da Revolução, foi entendimento da Mesa e dos Grupos Municipais, por consenso, em conjunto com o Executivo Camarário, realizar um conjunto de atividades que marcassem esta data, este cinquentenário com a dignidade que as comemorações, como é óbvio justificam, durante todo o ano de 2024. Contudo, embora tenha havido consenso nos Grupos Municipais, é nosso entendimento que deveríamos apresentar uma proposta a esta Assembleia Municipal não só para pôr à consideração de todos as realizações destas comemorações e das despesas implícitas, mas também para solicitar eventuais sugestões. -----

Por isso, apresentávamos a proposta: -----

Considerando que no 25 de Abril de 2024 se comemoram os 50 anos da Revolução de Abril de 74, considerando que esta efeméride pela sua importância para o País e também para a nossa Região, justifica que as Comemorações não se circunscrevam somente ao dia 25 de Abril, o Dia da Liberdade, e sejam dinamizadas e comemoradas durante todo o ano de 2024 mobilizando todos os setores da nossa sociedade. Considerando a relevância Política e Social do Poder Local Democrático, justifica-se que seja dado o necessário relevo inserindo nas comemorações iniciativas sobre esta importante e decisiva conquista de Abril. -----

Assim, propõe-se à Assembleia Municipal que as Comemorações da Revolução dos Cravos realizadas pela Câmara e a Assembleia Municipal no ano em que se perfazem 50 anos após Abril de 74, não fiquem restritas à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal no Dia 25 de Abril e se prolonguem durante todo o ano de 2024. -----

As Comemorações deverão envolver, para além do Regimento de Infantaria 14, os Capitães de Abril, os Partidos Políticos, os Órgãos de Comunicação Social, os Agentes Económicos Sociais e Educacionais que demonstrem interesse em realizarem atividades e associarem-se às Comemorações de modo a celebrar um programa mobilizador aberto à sociedade e a todos os cidadãos que o desejam. -----

A elaboração de dois livros que registem para a história do Poder Local em Viseu as comemorações anuais do 25 de Abril, realizadas no concelho, e o trabalho realizado na Casa da Democracia Local, com base nas Atas da Assembleia Municipal desde a primeira reunião em 26/01/1977 de modo a dignificarmos o Poder Local. -----

Para esse trabalho contamos com a total colaboração de duas personalidades de referência nesta área, o Dr. António Vicente de Figueiredo e o Dr. Jorge Adolfo de Meneses Marques, no fundo, duas pessoas com experiência também, um está aqui presente e o outro foi Membro também desta Assembleia Municipal, que nos dão a garantia de um trabalho sério,

isento, meticoloso, com rigor histórico, que de certeza será um marco na história do Poder Local Democrático. -----

É esta proposta que púnhamos à consideração da Assembleia. -----

Não havendo nenhum pedido de intervenção, quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, *aprovado por unanimidade*. -----

Em relação ao Período de Antes da Ordem do Dia já temos uma intervenção e por isso dávamos a palavra ao Deputado Pedro Alves. -----

-----**TRÊS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):**

Uma vez mais bom dia a todos. Quero reiterar os cumprimentos. -----

Hoje venho aqui para fazer uma intervenção sobre dois assuntos que mais uma vez são recorrentes aqui nesta Assembleia, mas que importa nesta altura também esclarecer, até porque, recentemente, ainda durante este mês, um deles voltou a trazer para a Ordem do Dia as questões relacionadas com a ferrovia, e a ligação ou neste caso a passagem da ferrovia em Viseu. Muito se tem dito sobre o Plano Nacional Ferroviário, falou-se inclusive da possibilidade lá para 2050 podermos voltar a ter comboio em Viseu, parece-me que é demasiado tempo, estando nós ainda, alguns deles certamente e eu também, dificilmente poderemos usar o comboio se for para essa data talvez o início das obras, mas sei que o Senhor Presidente recebeu aqui uma comitiva relevante de representantes de comunidades, inclusive da nossa vizinha Espanha, de Salamanca mais concretamente e de todas as Comunidades Intermunicipais que atravessam a via, contudo, tem havido também notícias contraditórias por parte do Governo relativamente aquilo que são as possibilidades de ligação de ferrovia entre o corredor Porto/Lisboa e Espanha e eu gostaria de saber dentro daquilo que tem sido a discussão, quais é que têm sido as conclusões retiradas, quais são também os próximos passos e de que forma também esta Assembleia pode ajudar a construir uma solução o mais rápido possível para que Viseu possa vir a ter comboio. É efetivamente uma prioridade e não é uma prioridade que possa continuar a ser adiada como tem vindo a ser adiada ou como foi adiada a requalificação da Linha da Beira Alta. Por muito que agora se ande a usar a bandeira de que está para se concluir a requalificação da Linha da Beira Alta a verdade é que o início das obras de requalificação da Linha da Beira Alta começaram quando já se devia ter concluído de acordo com a ferrovia 2022 e todos aqueles que hoje andam a embandeirar dizendo que há um investimento de cerca de 600 milhões de euros na requalificação da Linha da Beira Alta e que foi este Governo nomeadamente uma pessoa em particular que tinha responsabilidades nas obras públicas que fez com que esta obra pudesse avançar, nada mais enganoso do que esta afirmação. A verdade é que o Ferrovia 2020 como todo o programa Portugal 2020 foi um programa elaborado pelo governo anterior, aquele com quem agora andam a tentar assustar que vem aí o diabo para aqui e para acolá. A verdade é que se hoje existe um projeto ou uma intervenção na Linha da Beira Alta tal se deve apenas aquilo que foram as prioridades do governo anterior. Da mesma forma que, relativamente ao IP3 e para que fique bem claro, pelos vistos já andam a fazer citações relativamente à minha condição de conhecedor daquilo que é a decisão do próximo governo, fico satisfeito com uma coisa, já sabem qual vai ser o próximo governo, isso é bom que vai ser nosso, por outro lado, que fique aqui bem claro também que relativamente ao IP3, também somos muito claros no que fizemos, 8 anos depois não há um metro de asfalto de duplicação feito no IP3, 8 anos depois de governação do Partido Socialista, esta é a realidade, e se hoje há 14 interessados para fazer aqui um troço de 20 e poucos quilómetros entre Treixedo e S. Miguel de Outeiro, entre Treixedo e S. Miguel de Outeiro esta é que é a realidade, a verdade é que quando chegaram ao governo havia 11 interessados na Via dos Duques e também alguém suspendeu por questões de natureza ideológica, aqueles que hoje se vão voltar a juntar ou que se pretendem voltar a juntar numa solução de governo procurar certamente cancelar tudo aquilo que certamente

possa vir a ser uma realidade relativamente ao IP3. -----
Quanto ao IP3 então para ficarmos aqui bem claros, não há nenhuma reversão, tudo o que está em curso é para ser feito, nós não vamos parar aquilo que foi feito como os senhores pararam, não vamos voltar para trás, mesmo que aquilo que esteja a ser feito não fosse aquilo que gostássemos que tivesse sido feito. É o que está a ser feito vamos respeitar e é para ser feito. Tudo aquilo que não está feito, que nem sequer está projetado, que nem sequer existe projeto, para além destes 27 quilómetros nada está feito, é tudo uma incerteza e 8 anos para nem sequer termos um projeto de execução, é uma vergonha. Oito anos a enganar e quem enganou? Todos os partidos de esquerda da geringonça que também está comprometida com todo este processo. E por isso daqui para lá o que nós queremos é uma solução rápida, e se a solução rápida tiver que ter privados envolvidos que os tenha, se houver uma conceção que o haja, desde que fique garantida uma alternativa não portajada que era aquilo que nós queríamos, mas que se faça uma ligação entre Viseu e Coimbra com perfil de autoestrada ou com autoestrada no seu todo. É isto que nós defendemos e queremos fazê-lo o mais rápido possível, não vamos andar aqui 8 anos para no final de 8 anos, duas legislativas depois a única coisa que têm para apresentar é um concurso, uma abertura de um concurso para 27 quilómetros, quando a prioridade para este governo nunca foi fazer este investimento, se o fosse tê-lo iam usado através dos fundos do PRR conforme usaram para o IC31 em Castelo Branco, que são 60 quilómetros o IC31 para ligar a fronteira a Castelo Branco, aqui são 87. Não é mais importante ligar as duas maiores cidades do interior Viseu e Coimbra, 87 quilómetros? Qual foi a escolha então? Mais uma vez a escolha não foi Viseu para este governo, foi ligar as Termas de Monfortinho a Espanha, à fronteira. Foi isto! Porque razão não faço ideia, começam por ali e são 60 quilómetros de ligação depois de Espanha até Castelo Branco em perfil de autoestrada integralmente. Fundos Comunitários? Sim! Fundos do PRR. Porque é que não vieram para a autoestrada Viseu/Coimbra? Opção deste governo, opção do Partido Socialista que mais uma vez penalizou os viseenses, e não venham agora com estas conversas, nós agora vamos fazer, retomar a Via dos Duques. Não há cá Via dos Duques, essa esteve para ser feita, os senhores acabaram de dizer que não a quiseram porque se amancebaram ideologicamente com o Bloco de Esquerda e com o PCP, foi isto que aconteceu e a partir daqui não há rigorosamente nada, investimento zero, zero, nem um quilómetro está feito na duplicação do IP3, 8 anos depois de terem sido governo, esta é que é a realidade com que os viseenses têm que viver, e que aqui fique bem claro, um governo do PSD ou da AD será o único capaz de concluir uma autoestrada entre Viseu e Coimbra. Primeiro, não temos amarradas ideológicas e segundo quem nos conhece sabe o que é que aconteceu na transformação daqui do território. -----

E, por último, e porque estamos a falar aqui de mobilidade, andam agora aqui, parece que descobriram que há portagens nas autoestradas do interior, esquecem-se é de dizer quem é que as colocou, quem é que as introduziu. Foi o governo de José Sócrates, o governo do Partido Socialista que as introduziu, e agora quando foi a altura de as poder reduzir, quando foi a altura de as poder reduzir, nós sabemos onde é que estiveram os Deputados do Partido Socialista de Viseu, estiveram sempre do lado de manter as portagens no seu nível maior, foi sempre assim, aproximam-se as eleições há sempre uma promessa e dizer que é um compromisso. Por isso, se foram aqueles que as colocaram e agora em jeito de remissão, porque é uma contrição pura de que foi um pecado original, aqueles que as colocaram querem agora retirá-las? Pois bem, se é esse o compromisso não me parece que seja sensato fazê-lo nesta altura quando tiveram oportunidade para reduzir e nunca o fizeram, e mais do isto, nós temos que saber fazer as coisas com pelo menos alguma justiça social. Eu não acho sensato, eu não acho sensato que um pensionista que tenha pensões baixas, uma pessoa que não tenha sequer um automóvel, como é o caso da minha mãe, não é, tenha que andar

a pagar as portagens dos outros que lá circulam, isto não faz sentido. A Lógica do utilizador pagador, que haja benefícios para o interior faz todo o sentido, agora, quem usa as autoestradas é quem tem os automóveis, por isso mesmo quem as usar tem que as pagar na sua utilização. É uma taxa, é uma taxa de utilização, agora, que se faça em correção com aquilo que foi feito, que no passado não deixaram alternativas não portajadas quando se colocou uma autoestrada em cima do traçado do IP5 não permitindo nenhuma alternativa não portajada, quando se acabou, entretanto, com a Nacional 16, este é o problema de nós termos agora uma circulação cara contrariamente a outras regiões do país. Por isso, que se faça e que se introduzam benefícios para quem vive no interior e que não tem alternativas, agora, que não sobrecarregue todo aqueles que não utilizam um serviço por culpa apenas de uma opção política de campanha eleitoral. -----

Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Jorge Adolfo. -----

----- QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caríssimos Colegas Deputados e Senhores Presidentes de Junta. -----

O que nos traz aqui, é algo extremamente positivo, que é, não direi um voto de louvor, mas um voto de felicitação ao Teatro Viriato pelos seus 25 anos, pelo seu aniversário recente passados 25 anos sobre a sua atividade em prol da cultura em Viseu e na Região de Viseu. - Em 1986 o edifício, o imóvel que estava praticamente abandonado foi comprado pela Câmara Municipal. Dez anos depois a Companhia Paulo Ribeiro apresentou a primeira programação para aquele espaço cultural. Decorridos 2 anos a Companhia Paulo Ribeiro, a Câmara Municipal de Viseu e o Ministério da Cultura assinaram um protocolo com o propósito de dinamizar aquele espaço, de administrar aquele espaço, assinando um protocolo para a criação do Centro Regional de Artes do Espetáculo das Beiras, dando assim início a uma relação e a uma interligação entre estas três instituições que deram os seus frutos ao longo dos anos. Nesse mesmo ano de 98 a 8 de maio, foi inaugurado o Teatro Viriato com um concerto pela Filarmonia das Beiras, contudo, só no ano seguinte é que, e daí os 25 anos, no ano seguinte 1999, é que vai decorrer a primeira temporada do Teatro Viriato e, portanto, perfaz assim os tais 25 anos. Essa primeira temporada aliás, foi inaugurada com um espetáculo de teatro naquele espaço. Portanto, nós não podíamos deixar passar esta data que se celebrou agora no mês de janeiro, para trazer aqui um louvor a esse espaço cultural, que é um espaço onde já assistimos a teatro, ballet, música, congressos, portanto, um conjunto de eventos culturais que têm valorizado não só a cidade, mas a Região de Viseu. É uma referência nacional, aliás, ainda agora quando vinha aqui para a nossa reunião, na Antena 2 passava precisamente um anúncio de publicidade a um espetáculo que vai decorrer ou que está a decorrer no Teatro Viriato, portanto, é uma referência nacional este nosso Teatro Viriato. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Alberto Costa. -----

----- CINCO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO AFONSO PEREIRA DA SILVA COSTA (PS): Bom dia Senhor Presidente, bom dia Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Vereadoras, Caros Colegas, Senhores Presidentes da Junta, Público em geral. -----
Muito bom dia. -----

Senhor Presidente, o Desporto Escolar tem realizado nestes últimos anos uma Semana Nacional de Formação, tive alguns contactos por parte de alguns professores e coordenadores do Desporto Escolar, em que poderia ser realizada esta Semana Nacional de Formação em Viseu. Este evento conta com a participação de cerca de 800 professores,

portanto, e esta Semana Nacional de Formação tem a realização de várias ações de formação no âmbito do treino e da gestão desportiva, seminários e workshops. Achado eu que poderia ser uma mais valia para a cidade a presença destas 800 pessoas, quer no âmbito económico, hoteleiro, restauração, queria perguntar-lhe se de alguma forma foi a câmara municipal, o município, contactado para a realização deste evento? Normalmente este evento tem acompanhado as Cidades Europeias do Desporto, no caso do ano passado foi realizado em Viana do Castelo, e pelas indicações que tenho, poderia ser realizado em Viseu sendo que, e partindo do princípio que esta informação é extremamente correta, será realizado em Castelo Branco. A pergunta que eu lhe deixo é, se foi o município contactado para a realização deste evento, e se foi contactado se poderá ser ainda ou não realizado cá em Viseu sendo considerado por nós uma mais valia para a cidade? Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra à Deputada Ana Paula Santana. -----

----- **SEIS – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD):** Muito bom dia. Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas da Assembleia, restante Público. -----

Ontem pensei seriamente se devia vir aqui ou não usar da palavra, mas entendo que o momento é de elevado significado e importa insistir neste assunto. Isto porque se qualquer um de nós se debruçar um bocadinho sobre aquilo que nos apercebemos no nosso dia a dia nas conversas informais de rua não podemos deixar de concluir que as frases que eu adiante vou ler transmitem exatamente aquilo que é a realidade dos nossos viseenses. -----

Por exemplo: -----

- Os miúdos não tiveram aula hoje... foi greve dos professores; -----
- Não consegui testemunhar no julgamento do crime da vizinha pela 3ª vez... havia greve dos funcionários judiciais; -----
- Após um ano à espera, a minha consulta externa de especialidade foi adiada... houve greve dos enfermeiros; -----
- A cirurgia que há tanto esperava afinal foi adiada não a pude fazer... houve greve dos técnicos de exames de diagnóstico... -----
- Não consegui ser atendida no Centro de saúde apesar da gripe forte que me foi achacada ... Não tenho médico de família, ainda não me foi atribuído; -----
- O meu filho caiu e fez um traumatismo grave e teve de ir para Coimbra porque a urgência de Viseu estava fechada, aliás, está outra vez fechada... havia greve dos médicos, e as escalas não permitem manter estes serviços em pleno; -----
- Preciso de uma ambulância para transportar a minha mãe acamada a uma consulta, mas os bombeiros não têm ambulâncias disponíveis. O estado central parece que não os patrocina devidamente nestas aquisições; -----
- Não consegui pagar o imposto do meu carro nas Finanças... A tesouraria afinal fechou, não querem receber dinheiro; -----
- Fui às finanças reclamar de um imposto indevido e não consegui ser atendido, só atendem na parte da manhã ao público e é por ordem de chegada, já não consegui fazê-lo, não têm pessoal; -----
- Herdei uns terrenos dos meus pais e quis ir registá-los fui à conservatória... estavam 15 pessoas à espera e uma pessoa a atender, perspetivo que só daqui a uma semana a ir todos os dias; -----
- O meu vizinho emigrante que se farta de trabalhar não consegue vaga para renovar o seu título de residência... o SEF foi extinto esta nova estrutura que criaram não é capaz de dar resposta. Disseram-lhe para tentar noutras cidades, Bragança, Portimão, o que quer que seja; -----

- Não consegui fazer a participação de um furto, que me assaltaram a casa, num órgão de polícia criminal. Os militares da GNR estão de greve; -----
Meu Deus! Importava ou não trazer este dia-a-dia das pessoas porque nós é que as representamos, e importa que a nossa voz não se cale a reclamar aquilo que são serviços públicos essenciais, e não podemos deixar passar isto de lado, isto é o estado das classes profissionais do nosso país e do setor empresarial do Estado, e parece que os nossos governantes, que nós também estamos lá incluídos deixam passar isto de lado. É tempo da nossa voz erguer. A intransigência deste governo e das administrações das empresas públicas em satisfazer estas justas reclamações dos trabalhadores, que é a única forma que têm de se expressar, é efetuar greves e chamar atenção para os seus défices quer em termos de estrutura de funcionamento, quer em termos de reconhecimento de trabalho merecem a nossa atenção, e não pode haver resultados benéficos na economia de um país em detrimento da qualidade de vida e do bem-estar de todos nós, e não é com simplex nem acessos online que se vai dar resposta às pessoas, porque até a literacia no uso destas ferramentas é inexistente, nós temos que nos adaptar à realidade das nossas populações e ainda assim não há qualquer tipo de formação e temos que nos recordar que por trás de qualquer simplex ou de qualquer serviço online tem que haver uma resposta humana que é deficitária. E o que é que o governo tem feito? Nada! E depois também, não vale a pena abanarem-nos com a bandeira do aumento do salário mínimo nacional, porque isso não dá resposta a tal situação, pelo contrário, como é que nós conseguimos explicar a um Assistente Técnico de uma qualquer estrutura orgânica de um município ou do governo central que ganha a mesma coisa que um qualquer trabalhador que aufero o salário mínimo nacional quando a responsabilidade técnica é completamente distinta. Este é que é o princípio da igualdade dos cidadãos do nosso país? Os serviços essenciais para a manutenção do nosso estado de direito estão completamente paupérrimos, e nós cidadãos estamos completamente defraudados no exercício dos nossos direitos, na salvaguarda dos nossos deveres e para a garantia de todo este estado que urge clamar por alguma responsabilidade. É tempo de cessar esta falta de atenção e esta aceitação passiva desta degradação. Os nossos cidadãos merecem a nossa consideração e a nossa responsabilidade política. Sempre me ensinaram e vocês com certeza que concordarão comigo. Saúde, Educação, Segurança e Justiça, pilares bases da nossa sociedade, e vejam, é exatamente nesses pilares que estas classes profissionais mais se têm manifestado porque as coisas não estão bem. Não vale a pena meter a cabeça na areia. Que a nossa voz não se cale pela dignificação destas classes, pela defesa dos nossos direitos, liberdades e garantias. -----

Senhor Presidente da Câmara, naquilo que toca à intervenção municipal eu sei que o senhor tem estado atento, cabe-nos a nós governo central clamar por esta responsabilidade e mudança. Cabe-nos a nós! E voltando a estes quatro grandes pilares, ainda esta semana, todos nós verificámos a notícia da urgência pediátrica. Isto conforta-vos? Isto conforta-vos? A mim não me conforta! São os nossos filhos, é a geração do futuro. Como é que se explica a necessidade de ter que recorrer em hospital de retaguarda a Coimbra com urgências pediátricas, com a nossa IP3. É lamentável! Vamos todos erguer a nossa voz neste sentido para que haja responsabilidade política, e cabe-nos a nós também um papel, e eu não vejo clamarmos sobre essa responsabilidade por todos nós. Vimos passar as coisas ao nosso lado e nada fazemos. É o meu humilde contributo, é clamar aqui responsabilidade política para que de uma vez por todas estes 4 setores e as classes profissionais sejam dignificadas para a salvaguarda do nosso estado de direito democrático. -----

Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Bom,

muito bom dia, reitero os cumprimentos. -----
Estava ali a tentar resistir, mas não consegui, e agora mesmo depois da intervenção da Senhora Deputada Ana Paula Santana porque termina a dizer que a todos nós nos cabe um papel. Pois é Senhora Deputada, cabe-nos mesmo um papel e o primeiro talvez seja não sermos profundamente demagógicos, profundamente irresponsáveis a passar ideias que... olhe, eu vou pegar no meu telemóvel, porque a senhora parece que este aqui a ler umas mensagens do seu, eu vou pegar e vou ler as mensagens só deste fim de semana: -----
Ora, o transplante correu bem, estou cada vez melhor. -----
adorei as aulas esta semana; -----
ontem na lavandaria houve uma altercação a polícia não demorou 7 minutos a aparecer. Pronto, só de ontem. Só de ontem! Queria quantos mais milhares de exemplos? Fala das urgências pediátricas. Sabe quantas coisas lá se fizeram esta semana? Ó Senhora Deputada, na última Assembleia Municipal a Senhora Deputada teve ... desculpe lá, não me leve a mal, e por todo o respeito que tenho por si, e sabe que não é do ponto de vista pessoal obviamente que as coisas se colocam. A Senhora Deputada veio aqui traçar um cenário que eu até lhe disse, olhe, nós fizemos um minuto de silêncio pelas vítimas na Ucrânia, a Senhora Deputada traçou aqui um cenário, parecia que nós estávamos na Faixa de Gaza. É de uma demagogia, Sabe porquê? Porque esbarra na realidade Senhora Deputada. Esbarra na realidade. É que, é evidente que o país tem problemas, como é evidente, mas não é esse cenário que a Senhora Deputada traça. As pessoas não se identificam com isso, está a perceber? Porque reconhecem que as suas vidas andam, normalmente. Quer dizer, a cereja no topo do bolo foi dirigir-se ao Senhor Presidente da Câmara e só faltou dizer, olhe, em Viseu e na Câmara não há problema nenhum, corre tudo bem. Até, é uma coisa... -----
A Senhora Deputada Ana Paula Santana intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----
- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse diálogo. -----
- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: ... quer dizer, como é que as pessoas, é pá, não sei, custa-me a aceitar... acha que um cidadão que esteja aqui sentado reconhece-se assim nesta discussão? Parece que é do Benfica ou do Sporting, parece que de é futebol. Isto é política Senhora Deputada. Sabe o que é que eu gostava de a ter ouvido dizer? Olhe, o Partido Social Democrata está absolutamente comprometido com o combate e com travarmos uma luta com o corporativismo do nosso país, que é para de facto à sexta, ao sábado e ao domingo a urgência pediátrica poder funcionar. Sabe porque é que não funciona Senhora Deputada? Sabe porquê? Porque não há médicos! Não há médicos! A senhora conhece alguns para virem para aqui? É que não há! E sabe o que é que... Vários Senhores Deputados intervêm dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----
- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia silêncio. -----
- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: ...no ano passado houve 6 médicos que abandonaram o SNS, só este ano já houve 2 médicas pediátricas que abandonaram o Serviço, foram trabalhar para o privado onde o Estado que o PSD governou e que o PS governa, que eu estou aqui a assumir as coisas do PS, não temos sabe o quê? A coragem de dizer assim: o privado que abre diurno também tem que abrir noturno, porque senão eu enquanto médico prefiro ir trabalhar para o privado, não tenho que fazer noites. Mas, sabe o que é que eu estou aqui a fazer? Estou a assumir, estou a assumir. Eu sou do Partido Socialista, eu sou Deputado da Assembleia da República, mas isso não tem nada que ver com o que a senhora esteve aqui a falar, está a perceber? Tem a ver com privilégios, tem a ver com corporativismo, tem a ver com forças que o Senhor Presidente da Câmara também não combate porque senão até... olhe, lembra-se, o Senhor Presidente da Câmara... eu que me ria aqui há uns anos, o que me ria aqui há uns anos com

o Senhor Presidente e bem que dizia quando aqui se levantavam nesta Assembleia... não deviam deixar abrir as superfícies comerciais porque está a fechar o comércio tradicional todo. Eu compreendia o que o Senhor Presidente dizia, mas então, eu não vou deixar abrir superfícies comerciais de grande dimensão? Era a mesma coisa que vir agora aqui um Deputado qualquer dizer que o Senhor Presidente da Câmara é o culpado de ter deixado instalar aqui hospitais privados que estão aí a roubar os médicos do serviço público. Isto tinha algum sentido? Isto tinha algum sentido? Ó Senhora Deputada, discutir com, enfim, com vontade de resolver, não é ficar aqui... é ir mais fundo, está a perceber, não é só chegar aqui e dizer: ai, falta isto, falta aquilo, estava lá um funcionário, estava lá não sei quem. É preciso, ir mais fundo Senhora Deputada, está a ver, para as pessoas lá fora acreditarem e perceberem o que é que nós estamos a fazer para lhes resolver os problemas. Já agora, já agora não sejamos também populistas ao ponto de dizer, fecharam a urgência. Não, não fecharam, a Obstetrícia está a funcionar, não há um parto que não aconteça ali por falta de médicos. A Neonatologia está a funcionar. Uma criança...

O Senhor Vereador João Paulo Gouveia intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse diálogo. -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: o senhor sabe, eu sei que o senhor conhece bem o assunto, eu sei que o Senhor Vereador conhece bem o assunto, eu sei que sim, tem relações... eu sei que sim, eu sei que sim. -----
Repare, se houver um problema a uma criança a um sábado ou a um domingo grave, uma crise asmática, estão lá os médicos para a receber. Ninguém se iluda. Agora, há um conjunto de circunstâncias que leva as pessoas a procurarem muitas vezes as urgências que não vão ser atendidas porque podem ser no dia seguinte. -----

Porque repare uma coisa, uma criança que entre ali no hospital na urgência às 7 das tarde, como é evidente, às 8 horas não se vão embora, os médicos estão lá para continuar a tratar, os internamentos que haja, tudo, está a perceber. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado já pediu o esclarecimento todo? -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo retoma a sua intervenção dizendo: eu já pedi o esclarecimento todo e devo-lhe dizer uma coisa Senhor Presidente. Eu pensei, eu pensei, isto agora é muito sério o que eu vou dizer, eu pensei que o Senhor Deputado Pedro Alves na sua intervenção que tinha aqui feito tinha esgotado todo o tempo do Grupo Parlamentar do PSD. Pois, mas é que eu contei aos 12 minutos que ele aqui esteve a falar. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: nove, nove. -----

- Senhor Deputado, eu venho fazer um protesto em relação ao populismo... -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo: certo, certo. Não, não, o Senhor não dá ordens aqui na Assembleia. Não dá ordens! Eu ponho o problema à Assembleia e a Assembleia decide onde eu me devo colocar. Não dá ordens aqui. Não dá ordens. O senhor está a dar uma ordem, não dá ordens. Eu vou colocar o problema à Assembleia e a Assembleia decide onde eu me devo colocar, certo? Ok? Pronto. -----

----- OITO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PPD/PSD): em relação a isto, e o protesto tem a ver com isto: há aqui uma situação que é inaceitável, e é uma situação que é esta, é a normalidade que se pretende dar a um processo. É dizer assim: estamos a meio do ano, encerram porque há um problema de horas extraordinárias, estamos no início do ano, encerram, já não é o problema das horas extraordinárias, são os médicos. Mas a responsabilidade política é de quem? Eu estive em

funções de gestão, sempre assumi as minhas responsabilidades. Quando faltava um médico, eu muitas vezes, não direi que não dormia, mas estava aflito, eu reunia com toda a gente, eu procurava soluções. Tive isto em Vila Nova de Paiva, em Armamar, de um momento para o outro fiquei sem enfermeiros, e teve que se arranjar uma solução em conjunto com as populações, em conjunto com os autarcas. Tive problemas no Satão, tive que arranjar uma solução, e aqui, manda-se um comunicado. Não se diz porquê, manda-se um comunicado. Estão encerradas. Agora vão para Coimbra. Isto é inaceitável em termos de responsabilidades. É inaceitável este procedimento. É este o meu protesto! É quem assume a responsabilidade política de dizer às populações do nosso concelho, da nossa CIM, de Sernancelhe, de Moimenta, de Penedono e da Guarda, e agora se tiverem problemas vão para Coimbra. Quem é que assume a responsabilidade? O Hospital o que é que fez? O que é que fez para ultrapassar o problema? Cativar os médicos. Quando eles disseram que se iam embora que alternativas lhes deu? Que soluções lhes deu? Que negociações fez? Que procura fez de outros profissionais? Que sensibilidade fez aos outros para fazerem mais horas extraordinárias. Não! Um comunicado. Um comunicado a dizer que encerraram. Um comunicado, foi isso que foi feito. A responsabilidade política do encerramento. Nós não podemos pactuar com a normalidade do encerramento. Tem que haver soluções. Tem que haver soluções em termos desse processo. É a esse nível que o meu protesto vai em relação a essa situação. -----

Em relação à Assembleia, pedia à Mesa, e eu propunha que depois deste protesto pudesse regressar à Mesa. Gostaria que colocasse à Assembleia. Está feito o protesto. -----

----- **MESA – A SENHORA PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA:** sim, considerar então à Assembleia se pode voltar à Mesa o Senhor Presidente da Assembleia. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota favor? *Aprovado por unanimidade.* -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Alves. -----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Senhor Presidente, quase que não teria de vir aqui depois da sua intervenção e agradecer-lhe o uso da palavra. É para manifestar aqui o meu protesto relativamente aos argumentos usados pelo Senhor Membro da Assembleia, Deputado da Assembleia João Paulo Rebelo quando encontra como problemas para a Saúde o facto de as pessoas adoecerem e nós não valorizarmos aqueles que são atendidos. O nosso problema é aqueles que adoecem, são as crianças que adoecem depois das 8 da noite e depois não têm um serviço de pediatria disponível nas urgências para os socorrer. Esta é a nossa obrigação, e depois colocar aqui o problema de não haver resposta nos profissionais. Os profissionais não têm culpa nenhuma. Não faça isso, isso é a esquerda que costuma fazer. Foi aqui dizer, percebemos bem o que quis dizer. A culpa de não haver serviço de urgência na pediatria não é dos profissionais, é das políticas que os senhores fizeram ou seguiram ao longo destes últimos 8 anos, ou está esquecido que esteve no governo? Também lá esteve. Validou todas as políticas, a consequência é esta, esta e muitas mais, ou o senhor não sabe o que é que não funciona no país? Está como o seu Secretário Geral? Não sabe o que é que não funciona? Não funciona para já as Urgências Pediátricas ao fim-de-semana, mas há muitas mais. O senhor tem que ter um bocadinho mais de consciência, se calhar porque agora está para Setúbal já não sabe o que é que se passa em Viseu. Deve ter que começar a recentrar outra vez o seu GPS, está lá para baixo não sabe o que é que se passa cá em cima, mas nós sabemos, nós sabemos o que se passa cá em cima, e o senhor tem que começar a ter mais cuidado quando fala, por isso mesmo, para nós a preocupação continua a ser sempre os problemas dos viseenses e os serviços públicos para os quais nós devemos ter políticas consequentes para dar as respostas. Os senhores não! Enquanto é divertido andar a dar tudo a todos fazem festarolas quando vêm os problemas a culpa é dos profissionais. Não é! A culpa é dos

utentes. Não é! A culpa é vossa e só vossa e por isso é que chegámos ao estado em que as coisas se encontram. Por isso, o nosso protesto e a nossa solidariedade para com os profissionais e para com os doentes. -----

Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Deputado. É para um? -----

----- **DEZ – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** é para um protesto. Uso a mesma figura exatamente do Senhor Deputado Pedro Alves Senhor Presidente para lhe dizer o seguinte e retomando aqui alguma... enfim, pelo menos uma tentativa. Ó Senhor Presidente, dirijo-me especialmente a si enquanto homem da Saúde, Médico, que conhece bem os meandros, e já que intervieu eu gostava de perguntar: o que é que o Senhor Presidente da Assembleia enquanto Médico entende que um colega seu, Presidente do Colégio de Pediatria oriente todos, absolutamente todos os internos do 4º e do 5º ano que façam serviço no Porto em Coimbra e em Lisboa e não seja permitido fazer noutros hospitais que não sejam estes? O que é que o Senhor Presidente enquanto responsável que foi da Saúde, não se incomode, tenha calma, isto é mais retórica, é mais retórica, é só para brincar também, é que eu estou a vê-lo assim um bocado preocupado. O que é que o Senhor Presidente enquanto Médico e responsável dirigente que foi, fazia que acha que a Administração do Hospital não faz todos os dias? Porque é que nós tendemos a apoucar o trabalho dos outros? Eu tenho muito respeito pelo Senhor Presidente da Câmara, eu sou incapaz de chegar aqui e pôr os problemas numa circunstância em que o deixo incomodado a achar que eu o estou a chamar de incompetente, ou de pessoa que não tem inteligência, ou que não pensa. Eu respeito os outros! Eu parto do princípio que as pessoas que estão nos sítios estão a fazer o seu melhor. Eu acho que isto é que é respeitar-nos uns aos outros. Eu não chego aqui a dizer, ai os outros não fizeram nada. O Senhor Presidente quando vem aqui dizer, eu fiz, eu fiz, o senhor acha que o Presidente do Conselho de Administração, o Senhor acha que o Diretor Clínico, o senhor acha que as pessoas da Administração... o senhor não conhece a Senhora Diretora de Pediatria? Não sabe que tem mais de 55 anos e que no ano passado fez noites e noites, chegou a fazer mais de 10 noites por mês? O senhor não sabe isso? -----

Alguns Senhores Deputados intervêm dos sus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo:* Bom. Não não...ouçam, eu peço desculpa, eu acho que nós devemos todos continuar a nossa Assembleia Municipal e tratar dos assuntos que nos trazem cá que são os que estão na Ordem do Dia. A única coisa, a minha intenção de vir aqui falar é só uma. Por favor não tratem das coisas como se elas fossem só de incompetências. Os problemas são profundos. É que esta senhora que está ausente, já nem sei, parece que no outro dia houve... não a estive cá a ver na Sessão, mas depois apareceu para jantar na Seia de Natal, pronto, não sei, não está aqui, muito provavelmente... porque cada vez que aqui está e vem dizer qualquer coisa não é, pode prejudicar-se e, portanto... mas, andam aí uns que estão desaparecidos, mas eles andam aí como toda a gente sabe, e quanto mais nós tratarmos a coisa da política desta maneira mais força lhes damos a eles. Repito, repito, a obstetrícia está a funcionar, não há uma única grávida que segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado ou domingo não tenha a sua criança lá, não há ... -----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Atenção, não haja... -----

- *O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo retoma a sua intervenção dizendo:* ó Senhor Presidente, obstetrícia está a funcionar, inclusivamente o Centro Hospitalar de Viseu, isto é

indesmentível, da Região Centro, foi o único, excetuando Coimbra, foram os únicos que conseguiram manter sempre a obstetrícia a funcionar. Leiria já fechou em tempos, a Guarda já fechou como sabe, Castelo Branco já fechou, Aveiro já fechou, Viseu conseguiu sempre, sempre estar a funcionar e o que agora acontece, e é mau, eu não estou a dizer que não é mau, o que agora acontece é que não havendo pessoa para fazer os turnos, porque os Médicos a partir dos 55 anos não fazem noites, e porque os que fazem uma noite, fazem um turno de 11 horas, depois durante um dia não trabalham, portanto, é uma escala muito difícil de montar sobretudo quando não há recursos e os recursos neste caso são os Médicos. Ó Senhor Deputado Pedro Alves, eu não estou aqui a pôr culpas nos profissionais. Sabe o que é que eu estou a pôr, eu estou-me a pôr nos sapatinhos de quem gere, procurei informação, procurei saber, preocupado que estou evidentemente com os problemas da minha terra e obtive a informação, e a informação, como sempre, é muito mais complexa do que vir aqui mandar um “bitaite” a dizer, ai não sei quê, não funciona. É só isto! -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Ok! Ó Senhor Deputado, o senhor falou no meu nome e eu vou aí falar. -----

----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PPD/PSD):** Esta situação de vir aqui, a mim não me lança areia para os olhos, e gostaria, com calma, de referir isto. Não vim aqui vangloriar-me, vim aqui com uma penalização do que vejo, e venho aqui dizer que há sempre soluções. Os médicos, as carreiras médicas, os 55 anos, já foram há muitos anos, há dezenas de anos que é assim, há dezenas de anos que há formação, há dezenas de anos, aquilo que diz, aquilo que diz, sempre foi assim, esses problemas sempre existiram, por isso não venha aqui arranjar agora... um individuo no Porto não tem nada a ver com Viseu e que no Porto fazem de uma certa maneira. Não venha aqui dar justificações. Eu vou-lhe dizer quais são os problemas, e eu vou-lhe dizer que eu tenho e que já referi em relação a este Conselho de Administração, da ULS, do Hospital. Eu vou-lhe dizer 3 situações e não é ir para trás e para a frente, é dizer assim: o senhor que está lá presidente, com todo o respeito, disse uma vez isto: Centro de Radioterapia, fotografia, eu disse aos jornalistas, convocou-os e disse: no primeiro trimestre de 2022 isto está a funcionar, 2022, e não foi por acaso. Estamos onde estamos ainda não foi levantado, foi pedida a prorrogação, nem o licenciamento, a utilização foi levantada. Foi pedida a prorrogação que a câmara deu a 2 de fevereiro. Nem isto foi levantado. ----- Segunda situação. É isto que eu quero dizer. Departamento de Psiquiatria em que o Senhor aqui disse que não era necessário o túnel, que toda a gente no hospital tecnicamente defende o túnel. Disse, disse! Disse aqui que não era necessário, foi isso, toda a gente ouviu, que não era necessário gastar-se 600 mil euros por causa desse túnel, que hoje em dia está integrado num projeto. Tivemos o cuidado numa reunião em que lá estivemos alertar, o Conselho de Administração que diz que já tem concurso, alertar que precisa do licenciamento da câmara. Cuidado que precisam do licenciamento. O projeto ainda não entrou na câmara, do Departamento de Psiquiatria, do edifício de psiquiatria. Esse projeto ainda não entrou na câmara, e estamos com o PRR em cima, certo, com prazos. Esse projeto ainda não entrou na câmara é só isto que quero transmitir. -----

Temos outras situações. Temos encerramentos, temos situações que acontecem, algumas imprevistas. O problema aqui é: há aqui uma falta de resposta em relação aos problemas e isto é responsabilidade política de quem tem a responsabilidade da Administração, as pessoas têm que assumir, era só isso que eu queria dizer. A responsabilidade de encerrar é de alguém. Os esforços que foram feitos têm que ser feitos, é uma obrigação das pessoas que assumem, que têm que cativar os médicos, que têm que arranjar alternativas, que têm que telefonar, não pode é: nós estamos aqui para defender as populações e temos aqui que pedir responsabilidades políticas a alguém e por isso, quem gere uma casa tem a responsabilidade, era isso que eu lhe estava a dizer, não estava a vangloriar-me de ter feito isto ou aquilo. Eu

senti essa responsabilidade e não mandava um comunicado, eu ia a nível local, eu ia ter com... eu gostaria de saber se têm explicações a dar, se já as deram aos autarcas, etc., etc., era esta explicação e pedir desculpa às populações. Era só isto está bem? Não era mais nada. A Senhora Deputada Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana solicita a palavra. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: A Deputada tem todo o tempo do mundo porque os esclarecimentos são na sua intervenção. -----

----- DOZE – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD): absolutamente. Muito obrigada. Reitero os cumprimentos a todos. Eu só queria dizer uma coisa, pelo menos as minhas frases reais, porque ninguém aqui pode dizer que as frases que eu recolhi, transcrevi e li, não são reais. São factos! Ainda bem Senhor Deputado que se insurgiu e que ficou incomodado, até porque eu o conheço pessoalmente e sei que o senhor luta por causas e isso significa que as considerou e vai pensar nelas e também no seu contributo de certeza que fará alguma coisa, mas são factos, não vale a pena, são factos, são realidades, e o que é que nós fizemos para isso? Quem é que teve a responsabilidade política ao longo destes anos para tentar corrigir, planear, gerir e não estar eu aqui a ler as frases que eu recolhi? Quem foi? fica a pergunta. -----
Muito obrigada. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: não havendo mais nenhuma intervenção dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados. -----

----- TREZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu não tenho muita coisa a acrescentar, não fui muito questionado, mas em relação a algumas coisas um ou outro comentário, nomeadamente sobre o corredor ferroviário que vou tratar também na intervenção que preparei para o efeito, mas sempre queria acrescentar duas ou três coisas sobre isso e nomeadamente a ameaça que ouvimos este fim-de-semana sobre o corredor ferroviário. Como sabem, o corredor ferroviário, o nosso, é aquele que mais nos interessa, de Aveiro/Viseu/Salamanca, e é assim que vem no Plano Nacional Ferroviário, tem como data limite de iniciação 2050, também podia dizer enquanto ser humano que já não o utilizarei, mas espero que os meus filhos e senão forem eles os meus netos vão utilizá-lo seguramente se houver a coragem para o iniciar. Bem, ele está no Plano Nacional Ferroviário, foi este governo que o lá colocou, mas o titular e da autoria do Plano Nacional Ferroviário, ouvimo-lo ontem em Vila Real dizer, que podiam sonhar também com a ligação Porto/Vila Real/Bragança/Zamora, e eu chamo à atenção disto, eu não sei se é possível, digamos, ir prometendo tudo a todos e com esta facilidade. O que vem no Plano Nacional Ferroviário é a ligação Aveiro/Viseu/Salamanca e, portanto, se cada vez que se vai a um sitio se diz com facilidade, fiquem descansados que vai por aqui também... bem, nós não temos nada contra esta situação o que não admitimos é que seja alterada a prioridade. Se a Administração Central em determinada altura achar que é possível fazer as duas, pois que a faça, até as quatro ou as cinco, agora, o corredor Aveiro/Vilar Formoso consta nas transeuropeias, consta no Plano Nacional Ferroviário e, portanto, essa é que é a prioridade e eu gostava de ver as pessoas todas insurgirem-se contra isto. Foi exatamente por isto, por esta situação que reunimos em Salamanca e eu tive a oportunidade de enaltecer, acho também agora do autarca de Salamanca convocar os municípios potenciais beneficiários desta ligação para uma reunião em Salamanca que depois duplicámos em Viseu, fizemos exatamente essa duplicação em Viseu e estamos convencidos que este movimento não vai parar, porque para nós é fundamental esta ligação e este corredor, é tão fundamental que legitimamente embora naturalmente vindo posteriormente a terreiro, os autarcas do nordeste transmontano se associaram e vieram dizer que talvez, essa parte já não foi assim tão clara, talvez seja melhor substituir isto por ligação Porto/Vila Real/Bragança/Zamora, e, portanto, nós temos que estar todos atentos e

todos do mesmo lado, agora não é normal que alguém que foi autor, ou pelo menos autorizou e deu digamos, alguma luz verde para o Plano Nacional Ferroviário, que venha agora também dizer que esta linha também pode ser prioritária. Portanto, sobre a ferrovia nós vamos continuar com isto, lembrem-se aqui há uns tempos aqui as pessoas quase que gozaram pelo facto de termos incluído no nosso Plano Diretor a localização da estação? Bem, é altura de todos fazerem a mesma coisa porque senão digamos, é mais um pretexto eventualmente para poder adiar ou alterar situações. -----
Sobre o IP3, sobre aquilo que foi dito aqui, não vale a pena andar com esta situação. Eu ouvi declarações de um responsável político e de facto é alguém que, ou apanha as pessoas de costas e não sabe argumentar... vamos lá ver, para mim é bem claro aquilo que quer em relação ao IP3. Chamem-lhe o que quiserem, dupliquem a estrada daqui para Coimbra. Chamem-lhe o que quiserem, dos Duques, das Cenas, dos Reis, o que quiserem. Dupliquem a estrada daqui para Coimbra! Agora, há uma coisa que não podem fazer, e não, podem enganar-nos, eu levei a solução, levei ao Senhor Ministro Galamba, eu sei coitado, estava a pensar no lítio seguramente e não teve tempo, mas dupliquem. Sabe-se o que é que está? Alguém fica satisfeito com a solução que este governo ainda que a faça toda tem para Coimbra? Diga-me alguém desse lado se estão satisfeitos? Imaginemos que o governo, que não cumpre, mas que cumpria o que tem projetado, e nós tínhamos esta situação. De uma vez por todas tenhamos isto em consideração. Temos a duplicação que vai agora começar, ao que se diz, daqui até Treixedo, temos uma complicação enorme até Penacova e depois voltamos a ter de Souselas para Coimbra duplicação. É isto que se quer? Se alguém garantir, como eu já tentei procurar saber junto dos titulares que fazem também esta duplicação no sítio onde ela é necessária e depois ficamos todos calados. Podemos dizer, olhem, nós ainda queríamos mais, mas isto serve-nos que é a duplicação para quatro vias, em quatro vias, queremos quatro vias, aliás, ninguém percebe e o Deputado Pedro Alves trouxe isso aqui, porque é que esta ligação, eu depois percebi, por a intervenção do Deputado Costa, talvez fosse por isso quando disse, olhe, há aí uma proposta, mas acho que já vai para Castelo Branco. Nós percebemos, vai tudo para Castelo Branco. Foi lá que fizeram o governo, não sei se lhe chamavam o governo em diálogo. De Castelo Branco às vezes não vêm nem bons ventos nem bons casamentos, daquela zona e, portanto, vai tudo. Agora é o IC31 que o dinheiro do PRR não pode ser aplicado no IP3 no IC31 pode, e nós até dizemos que concordamos com aquela ligação, com aquela penetrante em Espanha, mas ela é seguramente menos importante do que a ligação entre as duas maiores cidades do interior. Porque é que há PRR para o IC31 e não há PRR para o IP3? Já percebemos porquê e os senhores deviam estar atentos. Por isto é que o PRR foi centralizado. Por isto é que o PRR não foi regionalizado que era para ter lá um senhor qualquer coisa “inhos” não sei como é que se chama, nunca fixei o nome, que diz e que recebe ordens, olha, agora o PRR é para aqui, o PRR é para além. Eu tenho pena de não estar aqui o Senhor Deputado, ainda o Senhor Deputado João Paulo, para lhe dizer que esse PRR dá o triplo ao Concelho de Setúbal, agora é capaz de estar mais interessado, do que dá para a CIM de Viseu. Esta é que é a situação. Bem, mas talvez agora fique com esta dificuldade, o Senhor Deputado vai ter uma tarefa difícil, vai defender Viseu na Assembleia Municipal e vai ter que defender Setúbal na Assembleia da República, uma tarefa mais complicada, mas já agora lembrá-lo de uma outra coisa sobre as SCUTs. Bem, que é que introduziu as SCUTs? Eu fui testemunha presencial, eu fui ao gabinete do Senhor Dr. Paulo Campos, está vivo pode comprovar isso, e estava a fazer as portagens num *tablet* e deixem-me dizer-vos que não fazem ideia onde é que ele queria colocar um pórtico na ligação daqui para Coimbra, fui eu que lhe disse que não fizesse isso, porque cada vez que as pessoas viessem de Coimbra para Viseu tinham que pagar portagem. Felizmente ele acedeu e percebeu. Portanto, quem introduziu as portagens nestas autoestradas sem custo para o utilizador foi o Deputado

Paulo Campos do Governo Socialista, portanto, se agora as tirarem não fazem mais do que a sua obrigação, já nos levaram dinheiro a mais, e muito dinheiro que não devíamos ter pago, e que a decisão inicial não comportava. -----

O segundo aspeto que queria focar, com o esclarecimento que o Deputado Jorge Adolfo aqui trouxe, mais que merecido, só que, eu acho que não foi propositadamente, conheço-o bem para... mas omitiu uma parte substantiva desta situação, a Câmara Municipal, e por favor, façam uma coisa, chamem Teatro Municipal Viriato, ou Teatro Viriato Municipal. -----

O Senhor Deputado Jorge Adolfo de Meneses Marques intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: pronto! Eu gosto muito de ver elogiar um filho, mas também é bom que se faça algum elogio ao pai porque fomos nós que o mandámos recuperar, somos nós que gastamos, já agora para as pessoas saberem porque é importante, 350 mil euros de apoio direto ao Teatro Viriato e mais 80 mil euros para a manutenção do espaço, portanto, a câmara faz ali um esforço grande. Quando se derem louros ao Teatro Viriato, mais que justos, seriam bom que a câmara de Viseu também tivesse a sua quota parte, não é só quando aquilo funciona ou quando mete alguma água Câmara Municipal, quando é para bater palmas Teatro Viriato. Não é só! Já agora uma outra coisa, também foi connosco que veio e voltou o Paulo Ribeiro, foi connosco que ele veio, fomos também nós que lho permitimos, não tínhamos outro remédio, que fosse fazer uma incursão em Lisboa e que voltasse de novo, e agora foi de vez, mas, portanto, eu queria-lhe dizer que há uma ligação estreita com o Teatro Viriato que nós não dispensamos. Sobre aquilo que o Deputado Alberto Costa aqui trouxe, eu só lhe queria lembrar o seguinte: nós fomos abordados aqui há um ano, mas é daquelas coisas, há abordagens que se fazem para as pessoas dizerem que não, não é? Este é um programa da Administração Central. Aquilo que foi pedido à câmara há um ano e depois nem esperaram pela resposta, foi se a câmara estava interessada em pagar 40 mil euros e o governo também 40 mil euros. Então se este é um programa da Administração Central queriam sobrecarregar o orçamento da câmara porquê? É um programa de formação da Administração Central, a Administração Central é que tem que ser responsável por isso, e devia depois ter uma preocupação, como sabe que nós somos Cidade Europeia do Desporto, acho que não devia ter nenhuma dúvida onde havia de localizar esta formação. Devia pagá-la e localizá-la em Viseu, na Cidade Europeia do Desporto, isso é que era uma decisão justa e correta. Não! Percebemos porquê, Castelo Branco a formação, e pronto, mas é bom é que nós nos insurgimos contra isto. Todos! Os que somos aqui de Viseu e os que tiverem oportunidade de fazerem isso. -----

Sobre a questão que a Dra. Paula Santana aqui trouxe, que é por demais conhecida a questão dos serviços públicos, não vale a pena estar a tapar o sol com uma peneira, os serviços públicos estão todos deteriorados na nossa região e um pouco por todo o país, mas aqui mais e sentimos essa situação como ninguém. Eu não sei o que se passa, ou melhor, eu vou acompanhando as questões da Saúde, há uma coisa que eu sei, e mesmo sobre esta relação, eu ouvi, tive a oportunidade a primeira vez que estive pessoalmente com o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital foi para lhe ouvir uma grande reprimenda da anterior Ministra da Saúde, uma reprimenda de todo o tamanho, olhe, uma reprimenda que se fosse eu levantava-me, fazia continência ainda à ranger, Senhora Ministra a partir de agora não conte com este rapaz, não sou mais seu empregado, mas era eu, agora quem tem que comer o que lhe dão tem que fazer aquilo que lhe mandam, não é, portanto, nós vemos, tudo aquilo que foi prometido em relação ao hospital, digam-me lá o que é que foi concretizado. Basta isto, basta isto, eu tenho aqui recortes... bem, a mesma coisa sobre o IP3, eu tenho aqui um agradecimento público, ao Senhor Deputado João Azevedo, na altura Presidente da Câmara, um agradecimento público a dizer: finalmente o IP3 está pronto. Um agradecimento, até com o título, “porreiro pá” a gente sabe donde é

que isto vem não é? De um senhor velhote a cumprimentar o Engenheiro José Sócrates. Havia de o apanhar agora na Ericeira, havia de lhe dizer assim: o que é que o senhor andou a prometer? Isto estava acabado! A ligação para Coimbra estava acabada. Então, vejam as placas, nós andamos sempre a dizer isto, estão as placas na Câmara de Mortágua, estão as placas espalhadas com grande consideração, não é por aí. Um então meu adversário, o Dr. Ginestal que pôs placas em Viseu a dizer, é grave mentir aos viseenses, agora é que vai o IP3, agora é que vai o caminho de ferro. Sabem há quanto tempo é que eu fui adversário do Dr. Ginestal? Caramba, eu já fui ao Parlamento Europeu, já tive não sei quantos adversários. Estava pronto! Eu tenho aqui as imagens, portanto, não vale a pena. Nós devíamos todos reunir esforços à volta desta situação. Não é admissível que haja esta situação. Há uma coisa que eu sei e também não embarcava nessa. De cada vez que nós levamos uma modificação para Lisboa, é música para os ouvidos, é logo para atrasar, mas façam aquilo que têm definido. Eu levei lá uma solução que tenho aqui, posso exhibir a solução que lá levei, levei-a ao Senhor Ministro João Galamba, repito mais uma vez, que curiosamente, também interessa a esta Assembleia saber, tem um assessor, um jovem assessor que salvo erro é de Sernancelhe, foi o tal que levou cinco zero, coitado, aconteceu-lhe como o Braga com o Sporting, mas pronto, o assessor chegou na reunião e disse, olhe que eu logo Senhor Presidente também vou passar o IP3, também vou fazer o IP3 porque vou de fim de semana e eu disse: olhe, escusava de cá vir, o meu amigo é a pessoa indicada para dizer ao Senhor Ministro como é que está o IP3. Diga-lhe, diga-lhe como é que está o IP3 se não vale a pena de uma vez por todas dar solução aquela situação.-----

A última coisa para não roubar muito mais tempo, eu se calhar já o trouxe aqui, eu acompanhei a Senhora Ministra da Coesão a Bruxelas e vi que para o IP3 só não havia dinheiro do PRR e até dos fundos comunitários porque nunca foi devidamente justificado o estudo para financiar a obra, porque aquilo que foi dito foi que, gastámos o dinheiro sabe-se lá como, na malha viária e, portanto, já tínhamos esgotado aquilo que a União Europeia tinha em princípio definido para nós, mas que havia exceções à regra e esta exceção podia ter ... não é possível haver exceção a esta situação? Aliás, se calhar já o disse aqui, eu disse, olhe, há mil e uma razões para justificar a necessidade entre Viseu e Coimbra, uma das razões foi o Presidente da República vir a Viseu e recusar-se a vir pelo IP3 porque não lhe oferecia segurança. Eu penso que não era preciso mais nenhuma razão para justificarmos esta necessidade de resolver o IP3. -----

Bem, eu acho que não há mais nada de importante, só para dizer que confirmo que o licenciamento que foi pedido pelo Conselho de Administração do Hospital entrou na câmara, nós acedemos, agora, têm penso que um dia, é mais um dia e caduca outra vez, mas deixo aqui um compromisso, podem atrasar o tempo que quiserem que a câmara renove-lhe a licença, não lhe damos nem um motivo de justificação. Se adiarem nós havemos de arranjar maneira de renovarmos a licença. Queremos é obra, e uma obra como essa nós havemos de arranjar justificação legal para a conceder, mas o mais importante é que em vez de andar a renovar licenças comecem a obra de facto uma vez por todas. -----

É tudo Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia cumprindo as regras regimentais, agradecemos a colaboração de todos. -----

Íamos entrar no Período da Ordem de trabalhos. -----

Antes de iniciarmos a apreciação, dos pontos trabalho... -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lordosa José Manuel Lopes Pereira intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo:* tem razão, mas podia ter dito antes. Certo? Pronto! Porque eu referi-me ao José Manuel Pereira. Pronto, podia ter

dito antes, de qualquer maneira tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Lordosa. --

----- CATORZE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LORDOSA JOSÉ MANUEL LOPES PEREIRA (PS): Muito bom dia a todos. -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimas Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhora e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados desta Assembleia, Funcionários desta Nobre Casa, Excelentíssimos Senhores Profissionais de Comunicação Social e todos os presentes. -----

Muito bom dia! -----

Em primeiro lugar dizer só que eu não interrompi, porque iria interromper o Senhor Presidente, portanto, respeitei que os trabalhos seguissem e depois pedi a palavra. -----

Como é do conhecimento está em obra a Área de Acolhimento Empresarial de Lordosa. ---

Já por diversas vezes disse publicamente, inclusivamente em anteriores sessões desta assembleia, que em boa hora foi decidido avançar com esta obra, que durante mais de 3 décadas vinha sendo discutida, e toda aquela área geográfica consecutivamente nos vários PDM anteriores estava reservada para área industrial. -----

Assim sendo, mais uma vez muitos parabéns pela decisão de avançar! É um investimento muito importante. Esta área empresarial está localizada junto ao eixo norte – sul da A24 e à A25 que nos liga Aveiro – Viseu – Espanha. -----

Contudo, é necessário olhar para o andamento do processo, analisar, e verificar algumas questões que se colocam. -----

Para isso, necessito de voltar atrás há quase quatro anos. -----

No Diário da República, 2ª série de 20 de outubro de 2020, foi publicada a declaração de expropriação com caráter de urgência sob proposta da Câmara Municipal de Viseu, sobre 304 parcelas de terrenos pertencentes a centenas de proprietários de Lordosa. -----

Nessa mesma semana, em outubro de 2020, a Câmara Municipal de Viseu e a DGAL notificaram os proprietários da expropriação com caráter de urgência. -----

Sublinho que a expropriação foi efetuada pela área total, e não existiu qualquer identificação de zonas ou lanços, conforme artigo n.º 4 do Código das Expropriações. -----

Decorridos quase três anos e meio, cerca de metade dos proprietários não foram ainda contactados pela Câmara Municipal, nem indemnizados. -----

Os proprietários com o decorrer das obras viram os caminhos rurais de acesso às diversas parcelas serem cortados, destruídos, e não foram criados novos acessos, novos caminhos. --

Os proprietários estão sem poder usufruir normalmente dos seus terrenos, ao mesmo tempo que não foram indemnizados pela expropriação a que se viram sujeitos. Não podem utilizar os terrenos, não podem usufruir dos seus bens, não podem gerar proveitos daquilo que é deles, mas, ao mesmo tempo não viram até à data a devida e justa indemnização. -----

Existem mesmo situações de proprietários que reclamaram o processo à Câmara Municipal de Viseu por carta registada e não obtiveram resposta, apesar de já terem decorrido mais de três anos. -----

Acrescento também, que no exercício da minha função de Presidente da Junta, tenho pedido informações à Câmara Municipal e não obtive resposta. -----

Por outro lado, com o decorrer das obras, tem vindo a existir empresas que perguntam para quando será lançado a venda dos lotes, e de que forma vai ser o procedimento. -----

Há empresas e empresários que nos têm questionado sobre este processo. -----

Ainda sobre as obras, da referida Área Empresarial, e deixo pedido de que é muito importante que se acelere a abertura da estrada que dá acesso ao Instituto Superior Jean Piaget, por forma a diminuir o tráfego rodoviário que está a circular pela Estrada Municipal que dá acesso às populações de Paçô, Galifonge, Lustosa e Piaget. Estrada esta que para

além dos problemas de há muitos anos sofre, com fugas na conduta de água pública quase diárias, também está em obra, por passagem de conduta de saneamento. -----

Compreendemos que as obras têm de ser feitas, e é bom que se façam, e é esta a informação que tenho dado às pessoas. Mas a abertura da estrada da Área Empresarial é urgente. ----

Resumindo: -----

Três questões se colocam: -----

1 – Que informação e resposta tem a Camara Municipal para os proprietários que nenhuma informação receberam após a notificação de expropriação datada de outubro de 2020, com carácter de urgência por parte da Camara Municipal de Viseu e pela DGAL? -----

2 – Está já definido algum processo de venda dos lotes da Área da Empresarial? -----

3 – Para quando se prevê a abertura da estrada do Parque Empresarial que é também acesso ao Instituto Piaget? -----

Este é um assunto que preocupa todos os alunos toda a comunidade educativa e todas as populações que por ali circulam. -----

Muito obrigado. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Ia dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

---- QUINZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente muito obrigado. -----

Eu não tenho muito a acrescentar em relação a isto, e já agora, com franqueza, se fosse comigo eu não teria decidido a Área Empresarial de Lordosa. Que fique claro! Seguramente! Mas, está decidido, está decidido, nós vamos naturalmente concluí-la como fizemos com outras obras. Portanto, não vale a pena estar a pensar que é determinante para o concelho, na minha perspetiva, a Área Empresarial de Lordosa. -----

Quando fizermos as contas pelo custo total das obras e depois a venda dos lotes vamos verificar isso, mas o que está, está, portanto, só temos que as acabar, mas gostaria que o Presidente da Junta ficasse também com esta informação. -----

Há uma coisa que também nos preocupa e de que maneira, mas também pôr aqui, digamos, alguma, não que não viesse dizer a verdade, mas eu diria algum esclarecimento. Os lotes que estamos a usar já os pagámos. O que está a dizer é que há lotes que foram comprometidos na área que não estão pagos. Pronto! Naturalmente que a câmara podia, se nadasse em dinheiro, ter logo pago tudo, mas todos os que estamos a utilizar... parece-me que é uma informação importante. Não há nenhum proprietário que veja os seus terrenos utilizados que a câmara não tenha pago. Os que estão comprometidos, naturalmente que estamos a arranjar forma de o fazer e vamos tanto quanto possível, cumprir estas obrigações à medida que os formos utilizando, porque as pessoas agora podem-nos ir utilizando também. Há uma coisa que me preocupa muito e já deixei aqui aos responsáveis esta situação, que é a ligação ao Piaget. Nós comprometemo-nos com o Piaget para... nem podia ser de outro modo, o Piaget que tem na sua freguesia teve desde início o nosso grande empurrão e, portanto, se alguém tem estima, acredito que o Presidente da Junta tenha grande relação com o Piaget, mas este Presidente da Câmara tem. Já agora deixe-me dizer-lhe: começou por nascer tudo de uma forma que também não estava licenciada, nós regularizamos as situações atendendo à necessidade e há possibilidade de descentralizar o ensino e dar, digamos uma nova dinâmica na periferia da área urbana, portanto, nós estamos atentos a isso e custa-nos um bocadinho que a população, sobretudo os estudantes tenham que dar uma volta pela estrada de Lustosa para acederem ao Piaget. Eu passei lá há muito pouco tempo e vi inclusivamente o grande volume de obras que se está ali a fazer nomeadamente com o abastecimento de água, portanto, é natural que aquilo ainda demore algum tempo, mas nós estamos preocupados com isso e, portanto, mal tenhamos possibilidade de avançar com a Área Empresarial... mas deixe-me dizer-lhe e continuar

aqui a afirmar que é um investimento demasiado elevado, a câmara vai ter que o concluir, mas naturalmente que não pode comprometer todo o seu orçamento em função da Área Empresarial de Lordosa. Vamos fazendo aos poucos e ir vendendo os lotes. Já agora, uma coisa que eu acho normal, mas achava mais normal que quem for interessado em comprar os lotes se dirija à câmara e não ao Presidente da Junta porque é a câmara que os vai vender. Portanto, nós estamos mesmo muito disponíveis para pôr aquilo a funcionar, mas não tenho mais informações para além destas Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. -----

Então íamos iniciar a Ordem de Trabalhos, e antes de iniciarmos a apreciação dos pontos agendados, recordamos que já aprovámos no início dos nossos trabalhos, que para efeitos de execução imediata, as deliberações são aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia. -----

Conforme já informámos também, recordamos aos Senhores Deputados a importância da sua permanência nos seus lugares durante os trabalhos especialmente no período das votações para que possa cumpridas as obrigações conforme o disposto na Resolução do Tribunal de Contas Resolução n.º 3/2022PG e em concreto no seu Art.º 8. -----

Em relação à Ordem de Trabalhos o PONTO UM (1) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu. -----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **DEZASSEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. -----

Senhor Presidente, -----
Senhores Deputados, -----

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias referidas no n.º 4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal. -----

Num momento em que tanto se debatem assuntos de relevo para o País, muito fruto das eleições legislativas que teremos daqui a uns dias, não nos furtamos a estimular e trazer para a ordem do dia a necessária e imperativa ligação ferroviária Aveiro – Viseu – Guarda – Salamanca. -----

Foi com esse propósito que fomos a Salamanca no passado mês de janeiro, foi com esse mesmo propósito que acolhemos em Viseu várias autoridades Portuguesas e Espanholas, já durante o mês de fevereiro. -----

Todos concordamos com os objetivos de levar a ferrovia a todas as capitais de distrito, de promover melhores ligações da rede ferroviária às infraestruturas portuárias e aeroportuárias, assegurar uma cobertura adequada do território e a ligação dos centros urbanos mais relevantes, bem como as ligações transfronteiriças ibéricas e a integração na rede transeuropeia. -----

Reconhecemos, nesses encontros que fizemos, a escassez e a falta de eficiência das ligações ferroviárias com impacto na mobilidade da pessoas e mercadorias entre ambos os países, assim como com o resto da Europa, atrofiando o crescimento económico dos dois Países. ---

À semelhança do que fizemos aquando da construção do IP5 (“IP5 – Uma rota para a Europa” (que eu tenho muita honra em dizer que fui Presidente desta associação nos anos idos, já não me recordo quando) que evoluiu hoje, dando como consequência a “rede Cencyl”) que ainda hoje é digamos, uma atividade entre os dois países e mais tarde, da A25, em que a cooperação entre os dois países foi capaz de ser fortalecida pela ação das instituições e das associações empresariais desta zona do território, dando sustentabilidade à decisão política da construção e ligação dessa importante via, quisemos com estes

encontros: -----

- Potenciar a colaboração dos dois Governos com vista à construção da ligação ferroviária Aveiro – Viseu – Guarda - Salamanca; -----
- Envolver a comunidade e as associações empresariais neste que consideramos um desígnio nacional; -----
- Criar condições para fortalecer a competitividade das linhas existentes através da otimização dos traçados e da eletrificação integral da rede; -----
- Alertar os Governos Nacionais para a necessidade de melhorar a interoperabilidade das infraestruturas ferroviárias para conseguir uma circulação que seja mais fluida e mais regular dos comboios entre Espanha e Portugal; -----

A ligação à europa tem também que ser potenciada com esta conexão ferroviária. -----
Percebemos bem que, por razões várias, a porta natural da europa para a ligação ferroviária é através deste eixo. -----
Não é seguramente na ligação Lisboa – Porto – Galiza que facilitaremos a chegada ao centro da Europa, nem na “orográfica” ligação mais a norte com impacto financeiro relevante e com redução de conforto consequente. -----

Daí a valia e a pertinência destes encontros, que já têm previsão de reedição no período pós-eleitoral que vivemos. -----

Senhor Presidente, -----
Senhoras e Senhores Deputados -----

Aproveito ainda para recordar as principais conclusões do encontro de Viseu, que juntou como disse, autoridades espanholas e viseenses. -----

E as conclusões foram as seguintes: -----

1. Impulsionar a via de conexão do Corredor Atlântico no troço ibérico (Aveiro – Viseu – Guarda - Salamanca) e a sua ligação com Madrid, por forma a facilitar uma mobilidade eficiente de passageiros e mercadorias por transporte ferroviário entre Espanha e Portugal.
2. Garantir a implementação de comboios de alta velocidade nesta conexão ferroviária que permita o desenvolvimento económico regional e gere ainda oportunidades para novas iniciativas empresariais que possam favorecer umas perspetivas de futuro renovadas para atrair e fixar as populações. -----
3. Avançar neste projeto definitivo e decisivo que beneficiará, não apenas as nossas empresas, mas também o desenvolvimento sustentável e a prosperidade dos nossos territórios. -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, continuaremos esta forma de pressão dos dois Governos e dos dois países, a bem da Região, a bem de Portugal, de Espanha e da unidade e coesão social e económica de toda a Europa. -----

Eu já fiz um parentese há bocado sobre a rivalidade e leia-se rivalidade saudável dos nossos compatriotas do nordeste em reivindicarem para lá esta ligação, mas gostava de fazer também aqui, eu não sei se é pela enésima vez, mas é até que a voz me doa um esclarecimento. Bem podem alguns críticos apontar-me que fui eu que acabei com os comboios, com os dois ramais. Eu queria aqui dizer neste espaço mais nobre e na Casa da Democracia municipal que eu não estava na câmara quando se encerraram os dois ramais ferroviários... -----

O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:* muito obrigado Senhor Deputado João Paulo Rebelo, exatamente e se tivesse era igual, era uma decisão da Administração Central, mas eu não estava sequer, portanto, bem podem dizer agora, que saudades que temos do ramal do Dão e do ramal do Vouga e associarem isso a este presidente. Não tenho nada a ver com isso. Dava jeito, mas não tenho nada a ver com isso,

eu próprio utilizei-o e de que maneira o ramal do Dão quando era estudante e que vinha na automotora, portanto, escusam... eu sei e vejo constantemente nas redes sociais e há algumas pessoas conhecidas que insistem em dizer, vejam lá... e mais, não fui eu que mandei demolir a estação ferroviária, ainda hoje para se demolir uma estação ferroviária é preciso autorização do governo, não fomos nós que o fizemos. Há uma coisa que nós fizemos e posso documentar isso quando quiserem, apenas dissemos que ao menos que salvassem elementos referenciadores da estação e foi assim que levaram para a Sernada do Vouga o relógio, aquele relógio alto, aquele mostrador redondo, etc., etc., portanto, se alguém ainda salvou alguns vestígios fomos nós, portanto, nós não tivemos nada a ver com isto. No ano passado, no final do ano passado que ainda saiu para demolir a estação da Boavista a autorização da Secretaria de Estado da Administração Interna, foi necessária essa autorização, portanto, nós nem tivemos nem nada a ver com a demolição da estação, nem nada a ver com a extinção dos ramais ferroviárias. Bem podem aí as pessoas voltarem a insistir que fui eu. Não fui! Bem podem dizê-lo, mas também até que a voz me doa... há uma coisa que eu fiz, isso sim, assumo-o plenamente, ainda lá mandei pôr na rotunda uma coisa a dizer Viseu, um depósito de abastecimento de água e aproveitei-a naturalmente para fazer a Avenida da Europa. Acho que hoje Viseu era bem diferente se não tivesse a Avenida da Europa, mas não tivemos nada a ver com esta situação, que fique bem claro de uma vez por todas. Vão vai ficar, há-de haver ainda gente que há-de insistir que fui eu. Um dia destes também espero que digam que fui eu que descobri o Brasil. -----
Senhor Presidente da Assembleia, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----
continuaremos esta forma de pressão dos dois Governos, ainda a propósito da ligação e do corredor ferroviário, a bem de Portugal e da unidade e coesão social e económica a Europa. Senhor Presidente, -----
Noutro capítulo deste ano 2024, não poderia deixar de evidenciar a Gala da Cidade Europeia do Desporto que ocorreu no passado mês de janeiro. -----
Foi o pontapé de saída de um ano em que queremos elevar ainda mais o nome de Viseu e dos Viseenses. -----
Ainda ontem vimos com gosto uma referência de um conhecido comentador a fazer essa referência saudável e penso que bem positiva a Viseu por esta designação de Cidade Europeia do Desporto. -----
Como disse foi o pontapé de saída de um ano onde queremos elevar mais o nome de Viseu e dos viseenses e elevar o nome de todos aqueles que contribuem para a afirmação do desporto, da atividade física e da inclusão. -----
Este reconhecimento europeu das infraestruturas desportivas, dos atletas e de Viseu como destino desportivo traz-nos uma responsabilidade acrescida para este ano 2024 e para todo o futuro do Concelho. -----
Cada Viseense é um embaixador do desporto e da atividade física. A melhor cidade para se viver em Portugal é, também, a melhor cidade para se praticar desporto. -----
Senhor Presidente, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----
Queremos neste ano potenciar o turismo através da atividade física e do desporto. -----
Queremos aliar desporto e atividade física à proteção do meio ambiente e ao correto usufruto da natureza que nos caracteriza. -----
É, também, a oportunidade de dar expressão a outro dos galardões que, entretanto, recebemos. -----
Fomos distinguidos, e eu quero endereças daqui a quem de direito a quem ele devia ser entregue, por uma das mais conceituadas revistas de vinhos em Portugal como Destino Gastronómico do ano 2023. -----

Chamava à atenção par isto, ao contrário da Cidade Europeia que é uma responsabilidade para o ano que se segue, esta é a constatação de que no ano de 2023 fomos o melhor destino turístico, o melhor destino gastronómico e, portanto, é uma constatação não é, digamos, uma previsão. É uma constatação e eu agradeço a toda a comunidade que se envolveu nisto. Aos empresários da restauração, aos empresários da hotelaria, aos homens ligados aos vinhos, enfim, a toda a gente que contribuiu para que Viseu tivesse sido considerado Destino Gastronómico 2023. -----

É um prémio da cozinha beirã e dos nossos operadores económicos na área da restauração. Um prémio que reconheceu em 2023 Viseu como o melhor destino gastronómico e que dá valor à boa mesa e à hospitalidade dos Viseenses. -----

Senhor Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Esta distinção e estas distinções são motivo de orgulho de toda uma comunidade, mas, também, responsabilização coletiva para que continuemos a trabalhar em prol da Região. - Estou certo que todos sentimos esse orgulho e essa redobrada responsabilidade. -----

Para fim, -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Deixamos à consideração de V. Ex.^{as}, através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº1 e nº4 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente as que se referem: -----

- à situação financeira; -----

- à informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial;

- bem como os recursos hierárquicos e processos judiciais que estão pendentes. -----

E é tudo Senhor Presidente. -----

(Anexo 1 – páginas 51 a 58). -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir neste PONTO UM (1) Informação Municipal? -----

Tem a palavra a Palavra o Deputado José Pedro Gomes. -----

----- **DEZASSETE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS):**

bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhora Presidente de Junta, Senhores Deputados Municipais, Público, Comunicação Social, Funcionários desta Casa. -----

Bom dia a todos. -----

Antes de mais, agradecer a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

A minha vinda aqui é para lhe pedir informações extra. -----

Nos últimos dias, nas últimas semanas todos nós recebemos duas cartas, dois emails, neste caso do Município de Vila Real e de Bragança, dois emails feitos, duas cartas feitas com toda a legitimidade, se quisermos até numa lógica de defesa do território que também acabamos por subscrever, até se trata de uma câmara do PSD e uma câmara do PS, e para quem não teve oportunidade de as ler, no fundo, em resumo, estava em causa a partir do dia 28 de fevereiro a ligação aérea Bragança/Vila Real/Viseu/Cascais/Portimão. Houve aqui vários atrasos, como é claro, dia 28 já não falta muito, houve muita preocupação por parte destes dois municípios, mas, entretanto, também nos últimos dias foi encontrada uma solução transitória entre o governo e a empresa Sevenair, e a ligação já não irá ser interrompida, será depois lançado, pelo que percebi, um concurso público internacional e, portanto, à partida este assunto está aparentemente resolvido, mas estas informações e estas cartas levaram-nos a fazer uma pesquisa rápida sobre alguns momentos importantes do Aeródromo nestes últimos anos. Centrei-me aqui em quatro datas, 4 anos e no fundo até são

alguns títulos de algumas notícias nestes 4 anos: -----
Em primeiro lugar 2014. -----
Em 2014 conhecíamos todos uma notícia que dizia: Viseu incluída num novo plano de ligações aéreas nacionais. -----
Depois em 2017 fomos confrontados com a aprovação do Plano Diretor do Aeródromo Municipal, no fundo, numa tentativa, na altura do executivo, de valorizar esta infraestrutura num horizonte de 25 anos. -----
Depois em 2021, olhando neste caso, e vou-me centrar no Programa do PSD para as últimas eleições autárquicas, era possível ler, que um dos objetivos era o aumento da capacidade e das valências do Aeródromo de Viseu visando atrair mais viajantes de turismo e de negócios. Mais recentemente em 2023, outra notícia, Câmara Municipal de Viseu quer contas do Aeródromo equilibradas. -----
Portanto, quis elencar estes 4 momentos, que no fundo... portanto, 2014 estou a referir-me aos últimos 10 anos, e a nossa pergunta aqui era muito clara: qual é o ponto de situação do Aeródromo Municipal? O que é que podemos esperar no futuro, tanto em termos de investimento Municipal como também em investimento supramunicipal, no fundo qual é a estratégia? Falar-me-á numa empresa Agro-Montiar se não me engano, que estaria disponível para investir no Aeródromo e já agora também aproveito para perguntar o que é que tem sido feito por essa empresa? Porque a partir de 2017 tínhamos ao nosso dispor um guião, um documento, no fundo uma visão de médio/longo prazo para o Aeródromo e, portanto, era claro o cenário de expansão que nos foi apresentado na altura e que na altura falava-se até que era o cenário de expansão até 2041, e também aqui a nossa pergunta é muito clara: está esse cenário a ser aproveitado, ou foi rejeitado? Porque o pretendido, e na altura também estava na vereação, lembro-me bem, o desígnio era, o Aeródromo que fosse uma âncora a vários níveis, nomeadamente nos planos económico e logístico claramente. – E, portanto, eram estas perguntas que lhe deixava. -----
Ponto de situação? -----
O que podemos esperar? -----
O que aconteceu também a este cenário de expansão que estava previsto até 2041? -----
Era só. Obrigado. -----
----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Gonçalo Ginestal. -----
----- DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS): -----
Muito bom dia a todas e a todos. -----
Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Presidente de Junta, Senhores Presidentes de Junta, Público presente, Comunicação Social. -----
Viseu, foi nomeada Cidade Europeia do Desporto para 2024 o que é um marco importante para o nosso concelho. A gala de abertura decorreu com grande dignidade e projeção. É essencial que esta distinção não seja apenas um rótulo honorífico, mas sim um impulso para a melhoria efetiva das políticas desportivas locais. É importante o Reconhecimento internacional pois coloca Viseu no mapa europeu do desporto. -----
É relevante aumentar a literacia da população nesta área e empoderar os cidadãos para tomarem decisões informadas sobre a sua saúde e atividade física. -----
É fulcral investir em Infraestruturas e acessibilidades: A autarquia deve investir em espaços desportivos de proximidade, garantindo que todos os munícipes tenham acesso a instalações adequadas para a prática desportiva. -----
Senhor Presidente da Câmara, aproveito a oportunidade para perguntar qual é o ponto de

situação da Ciclovia que vai ligar Viseu a Mangualde, já que existe um acordo assinado entre as duas autarquias para completar a rede regional de ciclovias. -----

O turismo desportivo é um campo que merece atenção e reflexão, especialmente quando se trata de potenciar o turismo através do desporto. -----

O turismo desportivo representa uma parte significativa da indústria do turismo global. Estudos indicam que cerca de um quarto de todo o turismo no mundo está relacionado com o desporto. -----

O turismo desportivo contribui também para o crescimento económico sustentável. Ao promover negócios locais, como transporte, hotéis e restaurantes, gera empregos e dinamiza a economia local. -----

Há a Promoção da Saúde e Bem-Estar porque além de proporcionar aos turistas e à população local a oportunidade de presenciar eventos desportivos, o turismo desportivo também incentiva a prática regular de atividade física. -----

O turismo desportivo está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Contribui para acabar com a pobreza, promover a saúde e bem-estar e termos um concelho inclusivo e sustentável. -----

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, deixo aqui uma sugestão à Câmara Municipal. Em 1982, Maradona, um dos maiores futebolistas de todos os tempos, veio a Viseu (ao Pavilhão A da Feira de São Mateus) receber o troféu Gandula. Não foi ao Porto, não foi a Braga, não foi a Coimbra, não foi a Faro não foi a Castelo Branco, veio a Viseu. Houve um viseense visionário que trouxe o Maradona a Viseu numa noite fria de Inverno. E ele veio, quando ninguém acreditava. Se visitarmos algumas cidades por esse mundo fora por onde passou Maradona, verificamos que há um turismo muito intenso que alia o local à marca Maradona. Julgo que Viseu poderia projetar-se neste ano da Cidade Europeia do Desporto fazendo também parte desta rota que leva milhões de pessoas a todo o mundo a visitar os locais por onde passou Maradona. Fica a ideia! -----

Disse! -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, apenas para dizer que estamos absolutamente alinhados o que são as preocupações manifestadas por Vossa Excelência neste ponto das informações no que trouxe relativamente à ferrovia. -----

Senhor Presidente, é claro para todos, julgo, os partidos que estão nesta Assembleia que de facto a sustentabilidade, a eficiência, a eficácia, a utilização de energias, bom, enfim, a ferrovia é o que seguramente nos une, como também nos une a vontade evidentemente de a ter na nossa terra. Nunca me ouviu a mim seguramente fazer qualquer referência à sua intervenção ou não no encerramento dos ramais na década de 90 ou no final da década de 80 em Viseu, porque não o faria, não faço política dessa maneira, seria um bocadinho rudimentar até, mas já que trouxe o assunto à colação, por acaso agora é uma curiosidade grande que tenho, é o edifício. Se o Senhor Presidente pudesse contar-nos essa história, porque percebi na intervenção que fez, que digamos, há necessidade de autorização governamental para se deitar abaixo, isso eu percebi e ficou claro, até também com o exemplo que deixou da Boavista, mas já agora e creia muito honestamente e sinceramente, queria saber a história porque é digamos, eu percebo que se a câmara quisesse que deitar o edifício tivesse que pedir uma autorização governamental para o fazer, agora de quem partiu essa iniciativa? Por acaso é uma história que eu desconheço e que gostava de saber. - Finalmente Senhor Presidente da Câmara sei que na minha ausência, quando fui ali beber uma água referiu-se à minha circunstância de ser candidato pelo círculo eleitoral de Setúbal. Não se preocupe, estarei sempre... -----

O Senhor Presidente da Câmara intervém não sendo perceptível na gravação o que foi dito. ----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: ...
ouça, sabe bem não é, vivo aqui, a minha família está aqui, o meu coração está aqui, defenderei em Setúbal, em Viana do Castelo, em Lisboa, olhe, como o senhor em Bruxelas seguramente nunca se esqueceu, quando lá esteve, da sua terra, está-nos no coração, está-nos impregnada, e olhe, a primeira demonstração disso é que hoje primeiro dia de campanha não prescindi de estar aqui na Assembleia Municipal consigo, ao contrário de estar a fazer campanha com os meus camaradas lá em baixo. Se nos puder contar essa história do edifício da estação, tenho a certeza porque há aqui gente nova que ficará também satisfeita por ter essa informação. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

---- VINTE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Invertendo um bocadinho vou começar pela última intervenção, e dizer que eu tentei fazer um elogio ao Deputado João Paulo Rebelo, dizendo que agora ficava com a dupla responsabilidade de ter que defender Viseu na Assembleia Municipal e defender Setúbal na Assembleia da República, acho que isto é clarinho. O Deputado defende os interesses de quem o elegeu na Assembleia da República e, portanto, vai ser Deputado de Setúbal na Assembleia da República, é natural que defenda os interesses de Setúbal na Assembleia da República, e é Deputado por Viseu na Assembleia Municipal, foi só isto que eu disse, espero que não haja alguma vez alguma contradição que possamos ter a jogar o Vitória de Setúbal com o Académico e depois por quem é que vai acudir, mas essa é outra questão. Eu conheço gente que vai para o Lusitano, mas se lá estivesse o Mangualde eu não sei por quem é que batia as palmas, mas pronto, mas isso é outra história, essa contradição fica... já agora a comparação é muito diferente, eu estive no Parlamento Europeu a representar o País, não fragmentei o País, é só para dizer que estive a representar o País, não estive a representar mais ninguém, foi o País, portanto, a comparação não tem nenhuma lógica. Já agora, e também vou começar com as restantes informações. Ferrovia... de quem foi a responsabilidade? A responsabilidade foi da Administração Central, mesmo de demolir o edifício. O que é que a câmara pediu? Celeridade na definição daquela situação por uma razão simples, aquilo transformou-se durante muito tempo, quem não se lembra disso, num antro de prostituição e de droga e, portanto, eu todos os dias era, digamos, era acochado na câmara com esta situação. As pessoas que arrombavam o edifício, que iam para lá e não sei quantos mais, até que resolvemos a situação nós comprando todo o corredor ferroviário, fomos nós que o comprámos, por isso é que temos lá a Ecopista do Dão e a Ecopista do Vouga, mas nós comprámos ao contrário dos municípios todos, nós somos donos do corredor e a outra parte ficou na Administração Central que depois não resistiu e mandou demolir e nós impusemos-lhe na altura que guardasse elementos que fossem demonstrativos de que ali tinha havido uma estação portanto, não tivemos mais nenhuma responsabilidade aliás, a responsabilidade foi toda de quem tinha naturalmente a responsabilidade, aliás, querem mais exemplos para ver que não tínhamos essa possibilidade? Então nós não conseguimos tomar posse... vamos tomar porque agora já passou por lei, do edifício abandonado do SLAT, nós não conseguimos tomar posse de uma vergonha, mas vou-os obrigar a deixar-nos tomar posse, do edifício da cadeia que abandonaram, então? Agora também é da nossa responsabilidade? É evidente, que se não... têm que o demolir, isto é tão simples quanto isto. Viseu não precisa destas nódoas. Agora, se tivessem recuperado o edifício seguramente, e tínhamos muitos serviços para lá colocar, aliás, agora dava-lhes algum jeito quando começar a sair a parte da saúde naquele edifício alto, vão ver que eu tinha razão quando sugeri alguma vez que o cortassem e que o

tornassem como fizemos com o Mira Sé, isso é que era serviço, depois vão ver a inutilidade e as importâncias que têm que gastar só para manter o edifício, mas isso é outra questão. Bem, penso que em relação a isto está esclarecida a situação. ----- Bem, outras questões que me colocaram. O Deputado Zé Pedro colocou a questão do Aeródromo e colocou a questão, eu diria que aquilo que disse foi perfeitamente esclarecedor. Começou por dizer em 2014, em 2017, em 2021, e atualmente, esta é a minha responsabilidade, contas equilibradas, é isso mesmo que eu quero. O Aeródromo tem que ter contas equilibradas. O Aeródromo não pode ser um sorvedouro do dinheiro municipal, quando faz naturalmente um trabalho que é para toda a sociedade. Ele tem que ser repartido, e, portanto, o trabalho que da câmara foi feito, que esta câmara tem feito é para equilibrar as contas do Aeródromo, para instalar serviços de maneira que as contas do Aeródromo fiquem a zero. Nós não podemos ter um equipamento disponível para aterrarem aviões inclusivamente com a nossa Seleção Nacional, com jatos executivos, enfim, e a câmara não ter nenhum proveito. Não é possível, o orçamento da câmara não resiste a isto e, portanto, nós temos de ter contas equilibradas e tudo o resto se conjuga nisso. Agora, há uma série de coisas que neste momento estão no Aeródromo e que nós podemos enfatizar. Está lá um curso de pilotos, está lá o INEM, enfim, estão lá os bombeiros, tudo que a câmara vai suportando, portanto, nós estamos atentos a isso, agora não embarcamos... eu também não sei, havia um economista famoso, eu sei que também é colega de formação, sabia que havia um economista famoso que dizia, “a longo prazo, não vale a pena, estamos todos mortos” não é, e, portanto, quando me dizem 2041, olhe... eu sei lá, fazer projeções para 2041 não é comigo, isso via-se no Plano Nacional Ferroviário, para 2050 mas, nem cá está o autor do Plano Ferroviário, já ninguém se lembra disso, portanto, eu não alinho nisso. ----- Bem, agora a questão do Deputado Ginestal. Há uma coisa que eu achei piada, foi dizer que o Desporto acaba com a pobreza. Bem, eu não sei, normalmente as pessoas quando fazem desporto ficam com mais fome, eu não sei, não lhe arranjam dinheiro às famílias e depois digam que o desporto acaba com a pobreza. Há-de ser um complemento para a qualidade de vida, agora acabar com a pobreza também é ir longe de mais, não é? Não é o desporto que acaba com a pobreza, mas já agora deixe-me dizer-lhe uma coisa, este reconhecimento é extremamente importante, não é para mim, é importante para nós viseenses enquanto comunidade. A distinção de Cidade Europeia é um reconhecimento de que tivemos as infraestruturas, não é um desafio para o futuro, porque também é, mas é o reconhecimento de que andámos a fazer, andaram os promotores a fazer campos, a fazer equipamentos, a inventar outras modalidades, enfim, uma panóplia de coisas que nos tornou um caso único no interior do país e, portanto, este é um reconhecimento e uma responsabilidade. É o reconhecimento que nos fizeram e agora é pedido uma série de coisas que temos que nos responsabilizar daqui para a frente. Nós estamos bem atentos a isso, agora há uma coisa que eu não sabia, esta ciclovía Viseu/Mangualde? Eu não conheço isso. ----- O Senhor Deputado Gonçalo Amândio Ginestal Machado Monteiro Albuquerque intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. ----- - O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: eu sei, eu sei, mas ela está no sítio certo agora. Quem tem feito as ciclovias agora é a CIM, este é que é o sítio certo. Foi assim que fizemos a Ciclovía de Lafões. A Ciclovía Viseu Dão Lafões foi feita por intermédio da CIM, aliás, vem cá hoje até um assunto que tem a ver com isso. A Ciclovía Viseu/Mangualde, pois, que seja com a CIM também, aliás, não é primeira vez que a CIM faz obras que são da responsabilidade dos municípios, até conhece uma, deixe-me ironizar um bocadinho, que foi entre dois concelhos de camaradas seus que eu fui inaugurar, depois deixaram-me virar as costas e inauguraram-na outra vez. Sabe disso não sabe? Estou a falar numa estrada entre Mangualde e Penalva do Castelo, foi conhecido, foi célebre, olhe que motivou algumas reações curiosas. Portanto, a CIM através dos seus elementos, somos todos

elementos da CIM, propõem lá a construção da Ciclovía Viseu/Mangualde e nós estamos aqui a bater as palmas e a contribuir a nossa parte, agora, não vai ser é um protocolo entre dois municípios, isso não tem sentido. Já agora deixem-me dizer a este propósito uma coisa que vem aqui e que diz exatamente qual é a nossa postura sobre estas situações. Tem a ver com a manutenção da na nova ciclovía, há-de vir aqui, daqui a um bocadinho vamos discutirlo, só para dizer que nós pedimos que seja anulado na CIM cada um dos concelhos tratar do seu troço, porquê? Porque deixava de ser um produto, eu diria, global. Nós queremos um produto de turismo, eu diria, concentrado em três municípios, se cada um fizesse e tratasse da sua parte, o que é que podia acontecer? Olhem, Viseu fazer a limpeza em dezembro, Vouzela lembrar-se e só fazia em junho e um turista vinha cá, uma parte estava por limpar, outra estava limpa, portanto, nós queremos um produto articulado e por isso é que dissemos na CIM que não faria sentido que cada município tratasse do seu troço, que fosse a CIM e todos a pagarmos para tratar do assunto de uma forma global, aliás, como faz com a Ecopista do Dão. Na ecopista do Dão, a sua limpeza, a sua manutenção é da responsabilidade da CIM para ter uma certa homogeneidade nos traçados porque senão digamos, púnhamos sinalética num lado no Concelho de Viseu, no de Tondela já punham outra, e é a mesma coisa para a Ecopista do Dão Lafões. -----

Ah! Esta questão do Maradona. Eu gostei dessa! Uma coisa que não disse, mas era importante que o tivesse dito. O Maradona veio cá fugido. Sabe que ele depois desapareceu das pessoas de Viseu que estiveram lá a ver se o cumprimentavam no Pavilhão A? Ele fugiu, se calhar até coitado do Maradona já ia... eu sei que é um ídolo, mas também bebia, não é? Ele nem sequer se dignou a esperar pelas pessoas de Viseu, quer uma estátua a quem? A quem? Sabe quem é que devia fazer-lhe uma estátua? Aquela cidade Italiana, lá do fundo, que eu não me lembro, Nápoles e fazerem-lhe uma estátua. Pois sim, aí é que ele andava, punha a bola no pescoço ... aqui não, aqui veio ... e sabe como é que veio. Ele jogava no Barcelona veio à pressa num carro, veio aí mais ou menos de madrugada e recebeu o troféu. Já agora também, dou-lhe um complemento. Sabe como é que se chamava, era o Gândula, mas sabe quem é que o promovia? Uma simpática pessoa chamada Wilson Brasil que eu conheci muito bem, e, portanto, nós se pudéssemos explorar tudo isso nós tirávamos, mas muito sinceramente, pode ter essa opinião, mas eu não tenho nada a ideia de que devemos exortar a figura do Maradona. Que o façam os argentinos, têm todo direito de o fazer e o dever, e a Cidade de Nápoles, agora nós não. Passou por aqui? Olhe, quantas pessoas é que passam aqui por cima nos aviões e que vêm aqui ao nosso ... como é que se chama ali aquele aparelho que está no Aeródromo, o VOR, que venham ao VOR saber a direção, devem passar aqui pessoas importantíssimas a nível mundial, mas não nos dizem nada. Este também só passou, veio aqui ao VOR recebeu o prémio que lhe deram e foi-se embora. ---
Senhor Presidente, acho que ninguém tinha colocado mais nenhuma questão, portanto, é tudo em relação às perguntas que me fizeram. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então passar ao PONTO DOIS (2). Eu propunha que para o PONTO DOIS (2) e TRÊS (3) houvesse uma discussão conjunta, até porque estão interligados, e uma votação separada. Alguém se opõe? Então, PONTO DOIS (2) A PRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2024 - REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA) REVISÃO N.º 1 e PONTO TRÊS (3) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2024 - REVISÃO N.º 1. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor

Presidente. Aproveitava também a oportunidade e dava os dois esclarecimentos em simultâneo. O primeiro diz respeito ao aproveitamento do Saldo de Gerência de 2023 e deixem-me dizer este número de vagar, ele foi de 10.049.000,00 euros e em termos globais aproveitámos para fazer um reforço de 13.702.400 no lado da receita, anulando-se 2 milhões 864 mil, no que resulta um aumento global líquido de 10,8 milhões de euros. -----

Senhor Presidente, eu fico muito satisfeito quando apresento estes números porque é exatamente este o conceito que temos de uma autarquia equilibrada e cada vez quer as contas mais equilibradas. Ninguém responde bem aos enseios da população se não endireitar primeiro a casa, é isso que fazemos nós nas nossas casas, é isso que eu quero fazer também, e, portanto, tenho todo o gosto em trazer esta revisão orçamental que é modificativa. -----

A outra alteração tem a ver com a revisão do orçamento do SMAS, foi isso que propôs-se que se discutisse em simultâneo e é também a integração do saldo de gerência nas taxas, e, portanto, o que se propõe é uma incorporação do saldo de gerência que neste caso foi de 7.612.769 euros, no orçamento já estavam contemplados 4 milhões e meio, e, portanto, para além disso o que se colocou foi o excedente 3.112.769 euros, as despesas de capital reforçaram-se assim em 3 milhões de euros, é, digamos, uma notícia que eu gosto de dar com satisfação e, portanto, estou na disposição de esclarecer se entenderem mais algum esclarecimento adicional. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir nos PONTOS DOIS (2) e TRÊS (3)? Não havendo nenhum pedido íamos então proceder à votação. -----

PONTO DOIS (2) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2024 - REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA) REVISÃO N.º 1. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, *aprovado com uma (1) abstenção.* (**Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 59/60**). -----

PONTO TRÊS (3) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2024 - REVISÃO N.º 1. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com uma (1) abstenção.* (**Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 61/62**). -----

Passávamos ao PONTO QUATRO (4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL DA CARTA SOCIAL MUNICIPAL. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Este documento, Carta Social, pretende naturalmente constituir-se, a nível municipal, como um instrumento de informação privilegiado e o objetivo fundamental é caracterizar e fazer a análise das chamadas RSES que significa Rede de Serviços e Equipamentos Sociais e, portanto, aquilo que se pretende é fornecer um diagnóstico dos serviços e dos equipamentos sociais existentes, fazer a identificação dos problemas e a definição de estratégias de intervenção, e, portanto, também enquanto instrumento de desenvolvimento social. -----

Eu noto a este propósito a importância de ter esta Carta Social e, digamos, fazer uma crítica que é abrangente, não vou situá-la no momento definido, se tivéssemos feito a Carta Social Nacional tínhamos ganho muito com isso, não tínhamos o problema que agora temos de termos distribuído de forma desequilibrada os equipamentos sociais e agora andamos à pressa a fazer equipamento social aqui, outro além, às vezes tirando até, digamos, serviços e fazendo concorrência a outros equipamentos. É assim que se deve fazer uma Carta Social, é isto que pretendemos com esta Carta para ter uma ideia clara de quais são os instrumentos

e os equipamentos no nosso município. Portanto é mesmo o objetivo da Carta Social que queremos para não andar a duplicar esforços. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra a Deputada Ana Paula Santana. -----

----- **VINTE E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD):** Bom dia de novo. Reitero os meus cumprimentos de há pouco. Felicito a criação deste instrumento, porquanto, depois de analisado o mesmo verifica-se que se preocupou com o enquadramento, com a caracterização do nosso território concelhio, faz com que assim a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais tenham um diagnóstico real, preocupou-se também com a envolvência noutros programas projetos e todos os recursos sociais do concelho, olhando também para todas as outras respostas sociais, faz uma análise perspetiva que é essencial para a realidade atual, sintetiza com diagnóstico e análise e faz uma programação para a rede num espaço temporal previsível de 4 anos. Parabeno imensamente a disponibilidade para a criação deste instrumento que assim, tem como objetivo a adequação, a otimização, a racionalização de recursos e permitir assim a gestão eficaz e eficiente desses mesmos recursos que acabei de referir. É também um instrumento que paralelamente ao recurso que o município dele pode retirar, permite também que todas as entidades públicas e privadas envolvidas na resposta social ao concelho tenha aqui um instrumento de referência e possa também atuar em decisão e gestão em conformidade e conluo pela análise de que esta ferramenta é prática é operacional e é uma resposta que se exigia há muito, tendo assim o município correspondido aquilo que era a sua competência municipal. Com ela de certeza absoluta que conseguiremos alcançar uma resposta social de qualidade para a população, e só assim permitiremos um desenvolvimento local sustentável. Parabéns pela iniciativa e obviamente que iremos votar favoravelmente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo mais nenhum pedido do uso da palavra iríamos então proceder à votação. **VOTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL DA CARTA SOCIAL MUNICIPAL.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade. (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 63/64).* -----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DA ESCOLA A TEMPO INTEIRO DO MUNICIPIO DE VISEU – RATIFICAÇÃO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** obrigado uma vez mais Senhor Presidente. Este projeto de Regulamento da Escola tem como objeto, definir as condições de funcionamento do Programa de Apoio à Família, que compreende as valências de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) para os estabelecimentos da Rede Pública de Educação Pré-Escolar, também a Componente de Apoio à Família (conhecida por CAF, eu gosto muito desta designação porque era a designação das iniciais do nosso principal clube, do Clube Académico de Futebol) também fica bem como a Componente de Apoio à Família e também as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Resulta da Descentralização de competências e tem por objetivo fundamental uniformizar as atividades de apoio à família, as componentes de apoio à família e as atividades de enriquecimento curricular. Portanto, o que nós queremos é uniformizar todas estas componentes. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra. Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -

----- **VINTE E CINCO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE):** Bom dia a todos. Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor

Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes das Juntas, Comunicação Social, Público. É um prazer estar aqui. -----

Ora, sobre esta história da Escola a Tempo Inteiro queremos dizer o seguinte: -----
Segundo a Constituição, diz no seu art. 73 - “Todos têm direito á Educação e á Cultura”. Todos nós o reconhecemos como Direito fundamental, e pilar da formação de um indivíduo. Desde sempre se tem debatido o papel dos agentes educativos e sobretudo em definir a linha que separa o conceito de Educação e Ensino. -----

Ensinar significa recolher conhecimento já aprendido e transmiti-lo a outro. Educação levamos a outro campo mais complexo como é a transmissão de valores e atitudes. Aqui não há dúvida que todos os agentes podem e devem ser intervenientes, cada um no seu papel algumas vezes misturado na formação de uma criança. E é aqui que o conceito de “Escola a Tempo Inteiro”, onde se “deixam os miúdos depois da escola acabar”, nos parece um pouco um presente envenenado. -----

As nossas crianças não podem ou não devem ter um “horário de trabalho” igual ou superior, muitas vezes, ao dos pais. É este paradigma que julgamos, que tem de ser modificado e não o contrário. -----

Temos que nos debater é pela redução da carga horária no sistema de trabalho, se queremos cidadãos e cidadãs que possam dar às futuras gerações, aos seus filhos, melhor qualidade de vida. -----

As nossas crianças têm que ter tempo para brincar, aprender a não fazer nada, a respirar, a olhar e ver, a estar com os pais, os avós, tempo para serem criativas e não mais uma peça da engrenagem do sistema económico social e político vigente que cada um lhe quer impor. Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Presidente da Junta da União de Freguesias Barreiros e Cepões. -----

----- **VINTE E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARREIROS E CEPÕES JOÃO DA SILVA DUARTE (PPD/PSD):**

Bom dia a todos. -----

Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caros Presidentes de Junta e Público. -----

O presente regulamento foi já apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Educação. Trata-se de um regulamento já analisado e aprovado em reunião de Câmara que é hoje apresentado a esta Assembleia para ratificação, nos termos da lei. O conceito de Escola a Tempo Inteiro tem sido alvo de controvérsias. Há muito, vem sendo exigido à escola um esforço complementar para manter as crianças ocupadas, enquanto os pais trabalham, sem que lhes sejam dadas as devidas contrapartidas em termos de recursos humanos e financeiros, o que, em alguns casos, faz com que o conceito de Escola a Tempo Inteiro, se torne um obstáculo à socialização e mesmo um foco de indisciplina nas nossas escolas. Pela leitura do regulamento agora apresentado, é notório o esforço do Município para organizar e dotar as escolas de recursos adequados, de forma a que este programa seja uma oportunidade para a socialização das crianças, retirando-as das rotinas das atividades curriculares e proporcionando-lhes oportunidades de aprendizagem de carácter lúdico, formativo e cultural, valorizando os domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação ao meio envolvente, de solidariedade e de voluntariado, na dimensão europeia da educação, apoiando, desta forma, as famílias e, não menos importante, favorecendo a manutenção de uma rede escolar alargada em todas as freguesias do concelho. Destaco as Atividades de Apoio à Família no Pré-Escolar; a Componente de apoio à família e as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico; a receção, supervisão e vigilância das crianças que têm necessidade de ser acolhidas na escola antes do

horário letivo, sendo esta valência suportada inteiramente pela Câmara Municipal de Viseu ou mesmo aquelas crianças que têm de permanecer na escola após este mesmo horário; o acompanhamento e supervisão das crianças durante as férias escolares é outra das valências. No 1º Ciclo, a introdução de um professor de apoio ao estudo no horário de CAF, é de destacar como um verdadeiro apoio às Famílias. Pela leitura do documento apercebi-me ainda que ele espelha uma boa cooperação, em termos educativos, com vista à preparação das gerações futuras, sendo esta cooperação entre o Município, os Agrupamentos de Escolas, os Pais, as Freguesias e outras Instituições do Concelho. Sem a operacionalização deste programa, teríamos as Freguesias rurais mais periféricas ainda em maior risco de desertificação. E, porque é de Educação que estamos a falar, aproveito para me congratular com uma enorme conquista para a única escola em funcionamento da Freguesia de Barreiros e Cepões que aqui represento e que, recentemente, fruto do compromisso e da boa cooperação entre, neste caso, o Agrupamento de Escolas de Mundão, o Município de Viseu, a própria Junta de Freguesia, os Professores e os Pais, foi abrangida com mais um lugar docente, na rede escolar. Estamos todos certos que este alargamento irá permitir aos alunos usufruir de mais e melhores oportunidades de aprendizagem e incrementar e desenvolver ainda mais as suas competências. Concluo reiterando que esta conquista, neste caso da minha freguesia, só pode ser o reflexo do bom trabalho que está a ser implementado pelo Município e aproveito ainda para, na pessoa do Dr. Pedro Ribeiro, enaltecer o trabalho dedicado e o compromisso dos diversos serviços da câmara junto das nossas escolas, o qual nos faz sentir confiança para dizer que Viseu Educa, e em Viseu Educa-se bem e educa-se verdadeiramente. Obrigado a todos, pela vossa atenção. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Não havendo mais nenhum pedido dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- VINTE E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, também não há muito para comentar, mas dizer que de facto está aqui também transcrito um esforço financeiro do município de grandes dimensões, mas nós acreditamos que com estes meios que agora pomos à disposição das nossas crianças, é a justificação cabal depois do mérito educativo. Nós achamos que há uma relação muito direta do mérito educativo, costumamos celebrar uma cerimónia para o efeito, com estas condições que pomos agora à disposição das nossas crianças. Eu penso que não é preciso recuar aos tempos em que fui estudante, mas se calhar até aos tempos dos muitos dos mais novos que estão aqui para verem que há uma diferença impressionante nas condições que agora são dadas, nomeadamente esta preocupação de a criança não ficar abandonada depois das aulas, dar-lhe digamos, um acompanhamento com gente devidamente preparada, mas deixem-me dizer-vos que nós acreditamos muito que isto é um alicerce ótimo para a formação dos jovens para que sejam cidadãos de pleno direito amanhã e é também um esforço enorme que a sociedade faz em nome deles. Acho que vale a pena, portanto, temos que ter consciência também do esforço financeiro para alimentar e para dar resposta a toda esta rede, é um esforço financeiro enorme sobretudo num município que tem muitas e muitas escolas e que tem, como sabem, mais de 500 quilómetros de extensão, e, portanto, nós ficamos muito felizes, mas temos que ter esta consciência de que de facto é um esforço que todos nós suportamos. Esta posição que o Senhor Presidente da União de Freguesia de Barreiros e Cepões aqui trouxe nomeadamente com a criação de mais um lugar é exemplo de que esta descentralização tem dado resultado e que, aquilo que durante muitos anos aconteceu, e que ainda vai acontecer infelizmente, de estarmos a perder lugares nalgumas escolas mais periféricas tem também, a espaços, eu espero que não seja exceção os seus efeitos contrários como acontece na União de Freguesias de Barreiros e Cepões que como aqui demonstrou, felizmente, vai ter mais um lugar. -----

É tudo Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Então iríamos proceder à VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DA ESCOLA A TEMPO INTEIRO DO MUNICÍPIO DE VISEU – RATIFICAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com um (1) voto contra.* (**Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 65/66**). -----

Passávamos ao PONTO SEIS (6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO MERCADO 2 DE MAIO – RATIFICAÇÃO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** também muito rapidamente Senhor Presidente. Isso veio aqui apenas para modificar um artigo, apenas o artigo 27.º e perceber-se-á exatamente o que é que a Câmara quer. Portanto, a Câmara pode ainda, alargar, por sua iniciativa ou por um requerimento de um particular, de um interessado, os limites do funcionamento do Mercado 2 de Maio, desde com estas condições:

- a) Serviços de vigilância assegurados; -----
- b) Serviços de limpeza assegurados; -----
- c) Mitigação efetiva e comprovada da produção de ruído. -----

O que é que nós queremos com isto? A primeira posição era que não houvesse discrepância entre o horário de funcionamento, a chamada zona dos bares com a dos restaurantes e, portanto, toda esta situação, todo este equipamento vai ter vigilância e vai ter serviço de limpeza, se por acaso alguém legitimamente quiser prolongar o seu horário de funcionamento tem que garantir estas condições. Não ficam a cargo da câmara se um bar quiser abrir, suponhamos, depois a câmara garantir-lhe a vigilância, a limpeza, etc., etc. Se fizerem essa garantia para além daquilo que está definido no regulamento geral, a câmara não impõe nada, mas queremos preservar aquele espaço, queremos preservar o sossego dos vizinhos daquele espaço, e, portanto, a única forma é dar a possibilidade aos interessados se quiserem prolongar os horários nestas condições, segurança, vigilância e limpeza. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir neste ponto? Não havendo, iríamos proceder à votação. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO MERCADO 2 DE MAIO – RATIFICAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Vamos repetir as abstenções fila a fila se fosse possível. Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com doze (12) abstenções.* (**Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 37/38**). -----

Passaríamos ao PONTO SETE (7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E EXPLORAÇÃO DO CENTRO OPERACIONAL DE MOBILIDADE DE VISEU (COMV). Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** obrigado Senhor Presidente. Ainda só, digamos ao ponto anterior, se algum cidadão for incomodado com o ruído eu espero também que se abstenham nessa situação. -----

Sobre o PONTO SETE (7) eu gostaria de dizer que, o que vimos aqui trazer é um regulamento para um equipamento que vai entrar em funcionamento dentro de pouco tempo, esperamos sinceramente que até ao final de março entre em funcionamento e, portanto, tem que ter um regulamento naturalmente de utilização e é isto que aqui trazemos. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** iríamos então proceder à discussão. Algum dos Senhores Deputados quer intervir neste ponto? Não havendo nenhum pedido de intervenção, iríamos proceder à votação. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E EXPLORAÇÃO DO CENTRO OPERACIONAL DE MOBILIDADE DE VISEU (COMV). Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade.* (**Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 69/70**). -----

PONTO OITO APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Também muito rapidamente Senhor Presidente. Tinha que se fazer este regulamento. Depois da pandemia, como sabem, foi aberta a possibilidade e até aconselhada de se abrirem espaços, e o que propomos agora é um projeto de regulamentação da publicidade e ocupação de espaços públicos. O que gostaria de referir sobre este documento é que o regulamento não tem retroatividade na sua aplicação, isto é, quem tem direito tem, agora, não vamos digamos, alterar essa situação. Os direitos adquiridos para a licença que têm em vigor mantêm-se, e também que este regulamento visa assegurar que as regras do licenciamento zero não venham a colidir com a adequada integração urbana e com a mobilidade, isto é, houve regras que com o licenciamento zero permitiram o licenciamento naturalmente deste tipo de situações, e a única questão que colocamos é que elas não venham a interferir quer com a integração urbana, quer mesmo com a mobilidade. -----
E apenas isto Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. PONTO OITO (8) PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, está em discussão. -----

Algum dos Senhores Deputados quer intervir neste ponto? Não havendo nenhum pedido de intervenção, iríamos proceder à votação. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com um (1) voto contra e doze (12) abstenções. (Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 71/72).* -----

Passávamos ao PONTO NOVE (9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DESCENTRALIZAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE, AO ABRIGO DOS ARTIGOS 13.º E 33.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DO NOVO AUTO DE TRANSFERÊNCIA E RESPECTIVA ADENDA. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente. -----

----- **TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente uma vez mais. Eu acho que este ponto não vai ser tão calado, tão silencioso como os outros restantes, espero mesmo que se pronunciem sobre ele e vou fazer alguma resenha histórica. Nós fomos dos últimos municípios a receber, ou abertos a receber as transferências da Saúde, e é bom que aqui cada um assuma a sua responsabilidade, é muito bom que cada um aqui assuma a responsabilidade porque o que temos na câmara quando aceitámos estas transferências de competências foi que o principal partido da oposição que muitos dos senhores aqui representam disse que nós que fizemos um mau acordo e, portanto, nós queremos saber hoje, em que é que fizemos um mau acordo, se por acaso o governo nos andou a enganar, eu não gosto muito de me deixar enganar, mas gostava que hoje, possivelmente não está aqui ninguém que o possa explicar daí dessa bancada, porque é que fizemos um mau acordo? Isto é, aquilo que estava em questão e que os senhores aprovaram em devido tempo é que a câmara aceitasse tudo. Quando foi a primeira proposta do governo a câmara devia aceitar tudo, essa era a posição do Partido Socialista, está em Ata, está em Ata, quando a câmara fez exigências, quando a câmara tirou a parte mais complicada que era responsabilidades naquele edifício alto, quando a câmara exigiu e o governo se abriu à atualização dos valores, quando o governo aceitou financiar as 4

Unidades de Saúde Familiar, portanto, duas em cada edifício que vamos fazer, ou melhor, três edifícios novos, as pessoas disseram que fizemos um mau negócio e eu gostava de saber qual foi o mau negócio? Mas pronto, nós estamos disponíveis para receber as competências da Saúde, aliás, temos tido, tenho de o reconhecer, ultimamente com o novo Ministro um diálogo que ele próprio promoveu e que o senhor assessor, por acaso, pessoa que faz intenção de morar aqui perto, no nosso concelho, deu seguimento, e foram essas negociações que exaustivamente levámos a caso, e que chegaram a esta conclusão, e, portanto, Senhor Presidente o que eu acho, é que finalmente podemos receber as transferências de competências. Nós pela nossa parte naturalmente que queríamos o mundo inteiro, se nos fosse dado, mas achamos que o governo que cedeu aquilo que foram as nossas solicitações, e incompreensivelmente tivemos, o partido que suporta o governo, a dizer que talvez este não fosse o melhor negócio. Eu ainda mandei, e gostaria de deixar isso, mandei ao Senhor Ministro um email a dizer, veja lá se tem atenção aos seus camaradas, e se por acaso ainda melhora este acordo, que pelos vistos o senhor está em condições de o fazer. Deixem-me dizer-vos uma coisa, estes tiros no pé e esta leviandade com que sinalizam as coisas não ajudam nada ao concelho, e eu acho que deviam ponderar um bocadinho melhor quando tomam determinadas decisões e achar que isto não é um jogo, é ter muito cuidado com o concelho sobretudo numa área tão fundamental como é a Saúde. -----
Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? -----
Tem a palavra a Deputada Isabel Fernandes. -----

----- **TRINTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA ISABEL CRISTINA BENTO FERNANDES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhora Presidente de Junta. Bom dia a todos. -----
Relativamente a este ponto, não podia deixar de intervir até porque sempre que se falou de descentralizações na Área da Saúde, desde 2018 tem sido um tema que me é especialmente caro. -----

A Lei n.º 50/2018 e o Decreto-lei n.º 23/2019 vieram estabelecer o quadro geral e setorial da transferência das competências para os órgãos municipais no domínio da Saúde e encontram-se previstas desde então as competências a transferir, nomeadamente: participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, na sua construção, equipamento e manutenção. -----

Lembramos que esta consagra também os princípios e garantias, pelos quais se deve reger a transferência destas competências, entre outros igualmente importantes, o princípio “da eficiência e eficácia da gestão pública” e “a garantia da transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados...” E, foi sempre neste ponto que o Senhor Presidente e o município, por este princípio que se debateram. Até agora não tinha havido qualquer negociação e nenhuma explicação dos recursos envolvidos nesta transferência de competências. -----

O Senhor Presidente, e muito bem, mesmo contra a opinião dos Vereadores e dos Deputados do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, indo ao encontro daquilo que já tinha sido a posição do seu antecessor, impôs como condição essencial uma negociação e uma conformação com as necessidades do concelho. -----

Recordo que sempre que adiámos esta transferência os Senhores Deputados e os Senhores Vereadores do Partido Socialista votaram contra, achando que devíamos aceitar, na altura, esta transferência de competências. -----

Na Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019, intervim em nome do PSD nesta Assembleia Municipal para votar a proposta de não aceitação do executivo anterior desta transferência de competências e na altura referi que o PSD era a favor do princípio, mas que não a qualquer preço e que descentralizar competências para o poder local é um ato de inteligência, mas descentralizar sem financiar essa transferência não passa de uma fraude política. A proposta de não aceitação do executivo foi, na altura, aprovada com os votos contra do Partido Socialista. -----

Mais recentemente, em abril de 2022, mais uma vez, e apesar do alerta que foi feito quanto à falta de rigor nas contas para atribuição do pacote financeiro do governo e do risco para o futuro do município do ponto de vista orçamental por parte do Senhor Presidente de Câmara e por parte do PSD, tendo na altura, inclusive, o Senhor Dr. Mota Faria feito uma intervenção, também enquanto Deputado desta Assembleia, alertando para a necessidade de avaliar os riscos para o município daquela que era a proposta que o governo apresentava ao Município de Viseu, o PS voltou a votar, contra a não aceitação, inclusive interrogou esta Assembleia se alguma vez o Senhor Presidente, se alguma vez o município estariam satisfeitos com aquela que era a proposta do governo e se alguma vez viriam a aceitar esta transferência de competências. -----

O PSD mais uma vez deixou bem claro que apoiava a decisão do Senhor Presidente de Câmara e que a autarquia não poderia embarcar em aventuras que no futuro viessem a penalizar o município e os viseenses. -----

Nessa altura, eu vou citar, em 2022 os Senhores Vereadores da oposição em reunião de câmara afirmaram: -----

“...constatamos que a argumentação economicista prevalece, ao invés de nos assumirmos como parceiro local e agente promotor de cuidados de saúde de qualidade descentralizados, fazendo jus à mais-valia que uma governança de proximidade permite; e de perdermos a oportunidade de, com a transferência de competências, solucionar parte dos graves problemas de salubridade que afetam a população viseense e que regularmente têm eco na comunicação social.” -----

O Senhor Presidente não se deixou ir no canto da sereia, manteve a sua posição. -----

Quero neste momento congratular aquela que foi a sua posição até hoje relativamente aos interesses dos viseenses, e que de forma atenta e empenhada sempre os defendeu. -----

Este acordo que agora o Município de Viseu aceita, a proposta do governo passa da proposta anterior de 3 milhões de euros, ou perto disso, para um valor perto dos 6 milhões de euros, que contempla a requalificação do Centro de Saúde de Torredeita, Extensão de Saúde de Lordosa, a Extensão de Saúde de Bodiosa, de Barreiros e Cepões, de Silgueiros, a requalificação do Centro de Saúde de Viseu 3 em Jugueiros, a requalificação do SICAD e do CCDT, a requalificação do CRI, a construção de 3 novos edifício para albergar cada um 2 duas USF (Infante e Lusitana), (Alves Martins e Viseu Cidade) a construção também de um terceiro edifício para a Saúde Pública e atendimento as migrantes, num total previsto de 5.890.943,75 euros. -----

Senhor Presidente, está tudo bem com as transferências de competências? Não está tudo bem, não é? Mas, vai ficar tudo resolvido no Sistema Nacional de Saúde? Também não me aprece que vá ficar. -----

Agora, depois de tão saturada negociação, concordamos que o Senhor Penhor Presidente deveria aceitar, assim como vai fazer esta proposta para o Município de Viseu. -----

Aquilo que o Senhor Presidente afirmou há pouco aqui, eu não sei se nos surpreende, eu nem sei o que é que... acho que não surpreende, mas quer dizer, os mesmos Vereadores, ou o Senhor Vereador que nas reuniões anteriores, nos anos anteriores disse que o Senhor Presidente devia aceitar esta descentralização, neste momento, com o valor que permite esta requalificação diz que o senhor fez um mau negócio... nem sei... é tão incoerente, que nem

sequer é compreensível a não ser que efetivamente fosse explicado o motivo desta tomada de posição. -----

Ainda bem que o Senhor Presidente não se deixou afetar por esta incoerência nas políticas populistas, e do PSD a certeza de que tê-lo à frente do município é para nós uma segurança do ponto de vista do orçamento do município. -----

Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhora Deputada. Mais algum dos Senhores Deputados quer intervir. Não havendo nenhum pedido dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Apenas para concluir e concordar com as palavras da Senhora Deputada Isabel Fernandes e dizer o seguinte: nós estivemos atentos até ao horizonte temporal da decisão. Como sabem os Senhores Deputados, tão bem quanto eu, com mais três ou quatro municípios a aceitarem possivelmente nós éramos descartáveis, era esse o número para que o PRR não levantasse problemas, e, portanto, estivemos atentos, só quero apenas completar ainda mais o montante que a Deputada Isabel Fernandes trouxe aqui, tem que ser complementado ainda mais com uma situação, nós conseguimos também o aumento e os montantes necessários para os arranjos exteriores, enfim, para uma série de coisas que são para além daquele montante que foi referido e que orçam num montante de 1 milhão e 800 mil euros. Esta foi, digamos, a negociação que estamos disponíveis a assinar e que queremos assinar, mas naturalmente que ainda esperamos que o Senhor Ministro olhe para o mail que lhe mandámos e que diga assim: bem, talvez isto ainda possa ser melhorado, temos o conforto local para ser melhorado e eu espero sinceramente que haja esse benesse vinda ali do concelho vizinho. Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Iriamos então proceder à **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DESCENTRALIZAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE, AO ABRIGO DOS ARTIGOS 13.º E 33.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DO NOVO AUTO DE TRANSFERÊNCIA E RESPECTIVA ADENDA. -----** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com um (1) voto contra. (Anexo 9 – Registo nominal das votações, páginas 73/74).* -----

Em relação aos PONTOS DEZ (10) e ONZE (11) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS – ADENDAS. ----- APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS – RATIFICAÇÃO. -----

Propúnhamos à Assembleia que os dois pontos fossem discutidos em conjunto e votados separadamente. Alguém tem alguma questão a levantar? Não havendo nenhum problema dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, PONTOS DEZ (10) e ONZE (11). -----

----- **TRINTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Eu também farei a apresentação dos dois em simultâneo. -----

No primeiro contrato de Delegação de Competências no âmbito da Educação, o que se pretende é a celebração de uma adenda aos Contratos de Delegação de Competências e, portanto, é apenas a necessidade desta adenda que está associada à transferência de verbas

para o transporte adaptado. Não estava previsto e com esta posição garantimos o transporte adaptado com todas as vantagens que tem para os seus utilizadores. -----

O outro contrato de Delegação de Competências propõe-se a ratificação dos contratos de delegação de competências que o município já celebrou e tem a ver com, e eu gostava de deixar estes números porque são importantes, referem-se: -----

Ao Edificado e Investimento; -----

Ao Funcionamento dos Edifícios Escolares; -----

Apoios e Complementos Educativos; -----

Recursos Humanos; -----

Financiamento. -----

Vamos pôr isto nas mãos dos Senhores Diretores de Agrupamento, mas gostaria de dizer qual é o valor total, porque temos que explicar às populações qual é o esforço financeiro que o município que é digamos, a empresa da comunidade, faz. Nós com estes valores que agora aqui propomos, só para esta área vamos investir 205 mil e 388 euros. Eu disse investir de propósito porque é de facto um investimento, mas pensamos que assim fica a decisão muito mais perto dos alvos a atingir. É tudo Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir nos PONTOS DEZ (10) e ONZE (11)? Não havendo nenhum pedido iríamos proceder à votação. -----

PONTO DEZ (10) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS – ADENDAS. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com um (1) voto contra e uma (1) abstenção.* (**Anexo 10 – Registo nominal das votações, páginas 75/76**). -----

PONTO ONZE (11) VOTAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS – RATIFICAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com um (1) voto contra e uma (1) abstenção.* (**Anexo 11 – Registo nominal das votações, páginas 77/78**). -----

Pediu a palavra o Deputado Manuel Teodósio. -----

----- **TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Aproveito para o cumprimentar e cumprimentar as Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros colegas Membros desta Assembleia Municipal, Comunicação Social e Público aqui presente. -----

Eu penso que é sempre importante mesmo fazendo uma abstenção, fazer a justificação desse ato, porque senão cada um é livre de pensar a razão que está por trás e podem ser razões muito diversas. Esta questão aqui, a minha abstenção nestes dois pontos não se prende no concreto naquilo que referem os dois pontos, tem a ver com esta transferência de responsabilidades no arco da Educação que o governo despejou nas autarquias, e quando digo despejou, porque apenas menos de metade aceitou, e a maioria das autarquias viram-se obrigadas a ter que aceitar esta responsabilização, e a intervenção do Senhor Presidente da Câmara não podia ser mais clara na fundamentação que sempre trouxe aqui. É que esta desresponsabilização vai deixar com que a Educação possa circular a uma velocidade diferenciada de 308 velocidades diferentes nos concelhos, ou seja, conforma a capacidade financeira de cada concelho, conforme a vontade da própria autarquia assim se vai ter uma Educação, e a Educação é um dos pilares fundamentais, em que deve haver garantias independentemente da área geográfica em que as crianças residam, e em termos do futuro

de um país e, portanto, essa desresponsabilização que foi passada para as autarquias, vai levar a que os municípios que têm com capacidade financeira vão fazer uma diferenciação pela positiva e mais uma vez nos municípios com maior dificuldade financeira haverá uma diferenciação pela negativa, e isto eu jamais poderei aceitar uma situação dessas e por isso eu venho aqui regularmente para que não haja esquecimento. É esta e unicamente a razão desta minha abstenção. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado. Iriamos então ao PUNTO DOZE APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** também muito rapidamente Senhor Presidente. Este é um ponto que acho que devia ser desnecessário ocupar uma Assembleia Municipal. Trata-se apenas de um proprietário que usou uma prorrogação a que tem direito para concessão de um prazo extra de 5 anos e para isso tem que vir à Assembleia, quando a câmara podia decidir isso em causa própria sem lhe causar grandes problemas, mas pronto, é o que é, temos que cumprir, e esta posição sobre o IMI, pode parecer... mas tem apenas a ver com isto, a utilização naturalmente legal de um proprietário que usou essa prerrogativa que a lei lhe permite de ter um extra de 5 anos de isenção. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iríamos proceder à votação. VOTAÇÃO DA PROPOSTA IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - PRORROGAÇÃO DE PRAZO Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade. (Anexo 12 – Registo nominal das votações, páginas 79/80).* -----

Estamos agora aqui num ponto em que era necessário clarificar se suspendíamos agora os trabalhos e recomeçávamos às duas, ou se continuávamos, mas ficaria sempre alguma coisa, não é? Entendem continuar? -----

Várias Senhoras e Senhores Deputados manifestam-se dos seus lugares, não sendo perceptível na gravação o que foi dito -----

- *O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:* Então suspendíamos há uma hora, certo? Se tivéssemos ou não com os trabalhos completos. Isto tem a ver com, e vou referir, com uma simples razão, tem a ver com a intervenção do Público, as pessoas já cá estiveram e temos que informar, há 3 pessoas inscritas e temos que informar as pessoas que a Assembleia poderá terminar na parte da manhã ou não. Há uma hora suspende-se os trabalhos independentemente de tudo. -----

Várias Senhoras e Senhores Deputados voltam a manifestar-se dos seus lugares, não sendo perceptível na gravação o que foi dito -----

- *O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo:* vamos lá ver se conseguimos um consenso. Entendem suspender agora e recomeçamos às duas horas em ponto? Para o Senhor Presidente da Câmara também pode ser? -----

- *O Senhor Presidente da Câmara intervém dizendo:* eu não sei, de facto, os pontos que se seguem são todos a mesma coisa são Áreas de Reabilitação Urbana e nem são novidade. O último ponto tem a ver com a pressão urbanística, eu não sei nem faço ideia se têm muito esclarecimentos a pedir sobre estes. Não os pediram anteriormente, aliás, acho que são pacíficos. Eu não via nenhuma necessidade, mas o Senhor Presidente é que conduz a reunião, não via nenhuma necessidade de suspender aqui. -----

- *O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo intervém dizendo:* Ó Senhor Presidente, nós estamos exatamente de acordo com o que acabou de dizer o Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas confrontados com a suspensão à uma da tarde ou agora, então para

isso preferíamos já, mais até em respeito pelas pessoas que estão a intervir, e assim conseguíamos despachar-se da Assembleia Municipal mais cedo. Olhe, e posso até antecipar já o seguinte: não vamos fazer nenhuma intervenção nos restantes pontos, portanto... -----

- O Senhor Presidente retoma a sua intervenção dizendo: ok! Então eu peço aos serviços para informarem as pessoas que vai terminar. -----

Então passaríamos ao PONTO TREZE (13) e CATORZE (14) e também faríamos a proposta de discussão conjunta e votação separada. PONTOS TREZE (13) e CATORZE (14). Por isso, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DELIMITAÇÃO DA ARU - OLIVEIRA DE CIMA - FREGUESIA DE BODIOSA E APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DELIMITAÇÃO DA ARU - FRAGOSELA DE BAIXO - FREGUESIA DE FRAGOSELA. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- TRINTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, nestes não tenho nada a acrescentar, aliás, têm vindo aqui recorrentemente e virão mais vezes, são propostas de Áreas de Reabilitação Urbana rurais, portanto, não tenho nada a acrescentar ao que já disse anteriormente. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a colocar? Não havendo nenhuma questão procedemos à votação. PONTO TREZE (13) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DELIMITAÇÃO DA ARU - OLIVEIRA DE CIMA - FREGUESIA DE BODIOSA. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado por unanimidade. (Anexo 13 – Registo nominal das votações, páginas 81/82). -----

PONTO CATORZE (14) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DELIMITAÇÃO DA ARU - FRAGOSELA DE BAIXO - FREGUESIA DE FRAGOSELA. vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, aprovado por unanimidade. (Anexo 14 – Registo nominal das votações, páginas 83/84). -----

PONTO QUINZE (15) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ZONA DE PRESSÃO URBANÍSTICA DE VISEU. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- TRINTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Também muito rapidamente, mas anunciar com grande gosto, trata-se de um projeto, como sabem, que permite a Correção Acústica e Programa de Apoio à Recuperação de Alçados, até aqui era só numa zona da cidade, e o que nós queremos é colocá-lo em todas as ARU's do Concelho de Viseu. Portanto, se ele é necessário numa ARU urbana seguramente que ainda é mais necessário nas ARU's rurais. Portanto, trata-se daqueles incentivos ao ruído, enfim, é tapar as janelas para permitir a eficiência energética, é espalhá-lo, digamos, pelo concelho e dentro de pouco tempo teremos o concelho todo, as pessoas que têm necessidade, com esta ferramenta. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Presidente, nós podemos discutir em conjunto, não há problema, o QUINZE (15) e o DEZASSEIS (16). O que estava em causa era o QUINZE (15) era a APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ZONA DE PRESSÃO URBANÍSTICA DE VISEU. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: eu queria fazer uma intervenção sobre este instrumento e se me permite eu posso já fazê-la... -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo: não havia problemas, discutíamos em conjunto o QUINZE (15) e o DEZASSEIS (16). -----

- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: muito bem Senhor Presidente. Eu tenho todo o gosto em falar no DEZASSEIS (16) é aquele que me vai levar mais tempo. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo: era o QUINZE (15), o Quinze (15), por isso é que era esta chamada de atenção. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: certo! Pronto! O QUINZE (15) diz respeito digamos, à proposta de alargamento às ARU's do concelho, o DEZASSEIS (16) PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ZONA DE PRESSÃO URBANÍSTICA DE VISEU, e é aqui que eu quero acentuar alguma explicação. Nós não tínhamos este instrumento de planeamento. A Zona de Pressão Urbanística que alguns municípios já tinham, que Viseu não tinha, e é um dos instrumentos mais importantes que o município pode ter para dar resposta a preocupações que nos chegam constantemente, mas das quais o município estava manietado. Por exemplo, se o edifício estiver numa zona, e se puxarem um bocadinho pela imaginação encontram aqui uma série de exemplos na nossa cidade, edifícios sem telhado, sem paredes, em zonas digamos, nobres, e que o município não tinha nenhum instrumento. As pessoas bem dizem, isto não pode estar assim, é uma vergonha, nós também dizemos, mas não tínhamos nenhum instrumento. Agora temos a chamada zona de pressão urbanística. Ela tem aí uma planta anexa, acho que toda a gente teve acesso a ela, e ela tem uma extensão geográfica espacial muito grande, foi mesmo com essa intenção. Ela apanha nomeadamente as zonas de pressão urbanística, uma parte da zona histórica até à Cava de Viriato. O que é que isto pretende? A possibilidade de o município nessa zona de pressão urbanística exercer o direito de opção por habitação ou para habitação e a possibilidade de aumentar o IMI de forma gradual incentivando à recuperação de edifícios degradados ou em ruínas. Este é um instrumento extremamente eficaz, a pessoa pode ter o edifício como quiser, mas todos os anos vê agravado o seu IMI de modo a ter alguma pressão e por isso se chama pressão urbanística para recuperar os edifícios. Todos nós, para não ficarmos aqui pelo abstrato, quando entramos e vimos do lado do Palácio do Gelo na Rotunda de Nelas, entramos naquela estrada do antigo cemitério e não gostamos nada do que vemos nem de um lado nem do outro com edifícios destelhados e permanecem assim durante muito tempo, é por isso que queremos ter um instrumento que nos permita acabar com esta situação. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir nos PONTOS QUINZE (15) e DEZASSEIS (16). Não havendo nenhum pedido de intervenção, PONTO QUINZE VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ZONA DE PRESSÃO URBANÍSTICA DE VISEU. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* (**Anexo 15 – Registo nominal das votações, páginas 85/86.**) -----

PONTO DEZASSEIS (16) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO E EXTENSÃO DOS PROGRAMAS DE APOIOS A TODAS AS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DO CONCELHO DE VISEU. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade.* (**Anexo 16 – Registo nominal das votações, páginas 87/88.**) -----

Passaríamos ao PONTO DEZASSETE (desde já com a retificação solicitada pela Câmara Municipal e que já foi distribuída para todos, por isso já iria ler com essa retificação), por isso, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE DOMÍNIO PÚBLICO, SITA NA ROTUNDA DA EN229 JUNTO AO MATADOURO, NA FREGUESIA DE VISEU. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, como já disseram é uma retificação, a primeira veio com Estrada Nacional 220, toda a gente sabe que se trata da 229, é no edifício junto ao Matadouro, ficou aquando da correção e da implementação daquela rotunda uma área que agora vai ser necessária e, portanto, o que se pretende é a área de 123,74 m², a confrontar com uma Sociedade Imobiliária e com o Arruamento Público, com a Estrada Nacional 229 e com essa Sociedade Imobiliária. Portanto, o que se pretende é junto ao Matadouro, como estão a imaginar a desafetação dessa parcela de terreno que é do domínio público. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iríamos proceder à votação. PUNTO DEZASSETE (17) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DO DOMÍNIO PÚBLICO, SITA NA ROTUNDA DA EN 229 JUNTO AO MATADOURO, NA FREGUESIA DE VISEU. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso *aprovado com uma abstenção*. (Anexo 17 – Registo nominal das votações, páginas 89/90). -----

Em relação aos PUNTO DEZOITO (18) a VINTE E DOIS (22) atendendo que dizem respeito a recursos humanos, propúnhamos que fossem discutidos em conjunto e votados separadamente. PUNTO DEZOITO (18) a VINTE E DOIS (22) algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a levantar? Não havendo nenhum pedido dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **QUARENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, isto também não tem nenhuma explicação, não percebo muito sinceramente a obrigatoriedade de trazer isto a uma Assembleia Municipal, trata-se do preenchimento de quadros e, a designação do júri respetivo. É apenas isto. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iríamos proceder à votação: -----

PUNTO DEZOITO (18) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO E GESTÃO ESCOLAR. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade*. (Anexo 18 – Registo nominal das votações, páginas 91/92). -----

PUNTO DEZANOVE (19) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - GABINETE DE GESTÃO E INTELIGÊNCIA URBANA. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade*. (Anexo 19 – Registo nominal das votações, páginas 93/94). -----

PUNTO VINTE (20) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE INOVAÇÃO EDUCATIVA. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade*. (Anexo 20 – Registo nominal das votações, páginas 95/96). -----

PUNTO VINTE E UM (21) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO DA REDE. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade*. (Anexo 21 – Registo nominal das votações, páginas 97/98). -----

PUNTO VINTE E DOIS (22) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE APOIOS SOCIAIS E FAMÍLIA. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade*. (Anexo 22 – Registo nominal das votações, páginas 99/100). -----

PUNTO VINTE E TRÊS (23) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO DA LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - REABILITAÇÃO DO ANTIGO ORFEÃO - PARU/PEDU - REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO E NOVA MINUTA DE CONTRATO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **QUARENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, também não carece de grande explicação. Isto é um contrato, não é novo, é apenas, digamos, atualizar um contrato, ainda é ao abrigo do PARU e tem a ver com o Antigo Edifício do Orfeão que já está concluído, como sabem, e que dentro de pouco tempo iremos inaugurar, é mais um *upgrade* na Rua Direita, mas pronto, este empréstimo diz respeito ao passado é apenas digamos, conformá-lo e atualizá-lo. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iríamos proceder à votação: -----

PONTO VINTE E TRÊS (23) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO DA LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - REABILITAÇÃO DO ANTIGO ORFEÃO - PARU/PEDU - REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO E NOVA MINUTA DE CONTRATO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade.* (**Anexo 23 – Registo nominal das votações, páginas 101/102**).
PONTO VINTE E QUATRO APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELATIVAS À GESTÃO DA ECOPISTA DO VOUGA - REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **QUARENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** obrigado Senhor Presidente. Já tive oportunidade de falar nisto há bocado, digamos, a respeito de outras coisas, mas é exatamente para uniformizar o tratamento da Ecopista do Vouga. Portanto, nós queremos fazer um contrato interadministrativo de delegação de competências na CIM e que seja a CIM a tratar de todos os 115 quilómetros que as nossas ecopistas passam a ter. Como sabem nós tínhamos uma ecopista com 48 quilómetros entre Viseu e Santa Comba Dão, e agora o 48 é um número aqui mágico com Santa Comba Dão, e agora temos também uma ecopista nova, que como sabem liga até Oliveira de Frades e, portanto, queremos é que haja um tratamento uniforme. A CIM neste momento já trata da limpeza e da manutenção da chamada Ciclovía do Dão, queremos também que seja a CIM e não cada município a tratar do troço da Ciclovía Viseu Dão Lafões. Portanto, é isto que está em causa apenas. Primeiro achou-se que cada município podia tratar disso, depois, foi um assunto que eu introduzi na CIM, concordou-se que sendo um produto integrado como lhe chamamos, que não demos a ideia que não há uniformização no tratamento deste importante equipamento. É apenas isto que vem aqui. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Não havendo nenhum pedido de intervenção iremos proceder à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELATIVAS À GESTÃO DA ECOPISTA DO VOUGA - REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade.* (**Anexo 24 – Registo nominal das votações, páginas 103/104**). -----

Terminámos assim a Ordem de Trabalhos, vamos entrar no Período de Intervenção do Público e temos... penso que está presente o cidadão Jacinto de Jesus Oliveira. Temos essa referência, pode vir intervir está bem? -----

----- **QUARENTA E TRÊS – O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JACINTO DE JESUS OLIVEIRA:** Ora, boas tardes. O meu nome é Jacinto Oliveira. Eu venho aqui derivado ao que já cheira mal. Desculpem a palavra, mas é mesmo assim. É com a Câmara...-----

- *O Senhor Presidente da Câmara intervém do seu lugar dizendo:* A Câmara tem uma Reunião Pública de Câmara ... -----

- *O Senhor Jacinto de Jesus Oliveira prossegue a sua intervenção dizendo:* ... temos Senhor

Ruas, temos sim, mas isto não pertence ao Senhor Ruas, pertence ao Senhor Vice-Presidente que saiu. Portanto, isto já trabalha desde 2016 por causa de uma rua. Metido à câmara em 2017 e até à data de hoje nada feito. -----

Em 21 foi garantido pelo falecido Presidente que em 21 a rua era composta. Nada aconteceu. Em 21 foi metido um documento aqui à câmara de um acidente pessoal, até à data de hoje essa dita carta não tem resposta. O que é que significa? Estará a câmara a esconder o projeto? Foi-me informado na Junta de Freguesia, na Câmara Municipal em como arquivaram o meu processo. -----

Senhor Presidente pode-me dizer qual é o motivo com que arquivam um processo, ou um projeto sem o fazer? É abusar com o ser humano. Portanto, isto para mim quer-me dizer a câmara a abusar dos humanos e a abusar dos poderes. Isto é incrível! É impossível! -----

A carta foi no dia 21/01/21 até à data de hoje não há nenhuma resposta, sempre a fugirem a ela. Eu sei que esta carta não foi com o Senhor Ruas, mas foi com o Senhor Vice-Presidente, na altura ainda Vereador. Se querem que eu ande mais para a frente, eu ando mais para a frente. Eu tenho aqui a documentação completamente toda. É uma vergonha, em verdade se diga. Não é assim, a rua é para se compor e não a querem compor. -----

Agora, há lá outro grande problema que é a primeira vez que o vou aqui denunciar. No projeto foi pedido o conserto das ruas, não foi. Um senhor vizinho foi buscar as águas pluviais, enviando-as para um poço que chamam poço de cabeça, e soube um dia mais tarde dizer que me havia de afogar de água. Não, não, isto tem que haver algo porque ele não pode fazer isso, ir buscar águas pluviais a terrenos para deitar nos terrenos dos outros. Eu já lá fiquei atolado porque o trator não virou. Quem é o responsável por isso? Somos nós? É a Câmara! E a Junta de Freguesia também nada fez. Há projetos feitos para a rua, e outros, segundo informações, e o Senhor Presidente da Junta nada fez e nada se interessa. Não é justo! Não é justo! -----

Portanto, o que é que por aqui há mais? -----

A rua onde a gente vive com prioridade, em 21 deu-se lá um acidente pessoal, a minha esposa foi para ao hospital, tanto a junta como a câmara tiveram muita sorte em não se passar nada, porque ela segurou o carrinho do bebé, porque se não segura o carrinho do bebé e se vem um veículo, o que é que se passaria ali a dois metros da estrada principal? Não se passaria nada? Passava-se, um grande processo à Câmara e à Junta da Freguesia, porque não há direito, é gozar com o povo, a fazer pouco. -----

O resto está para a minha esposa explicar que eu já não estou a ficar muito bem. -----
Isto é a gozar com o povo! -----

A Câmara não vale nada para esta situação, a abusar dos seres humanos, que é o pior. ----
Bem! ok. Até ver chega que ela vem dizer o resto. -----

- *O Senhor Presidente da Câmara intervém dizendo:* Senhor Presidente, dá-me licença. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Sim. -----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Deixe-me dizer-lhe: eu só por respeito ao cidadão, não me levanto e vou-me embora, aliás, como estava à espera que este tipo de situações fossem colocadas no sítio próprio que são as Reuniões Públicas de Câmara. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa Senhor Jacinto: se há uma coisa que eu não gosto nada e não receio, trato toda a gente com cuidado, e o senhor tem que moderar a sua linguagem ... -----

- *O Senhor Jacinto de Jesus Oliveira intervém fora do parlatório não sendo por isso perceptível na gravação o que foi dito.* -----

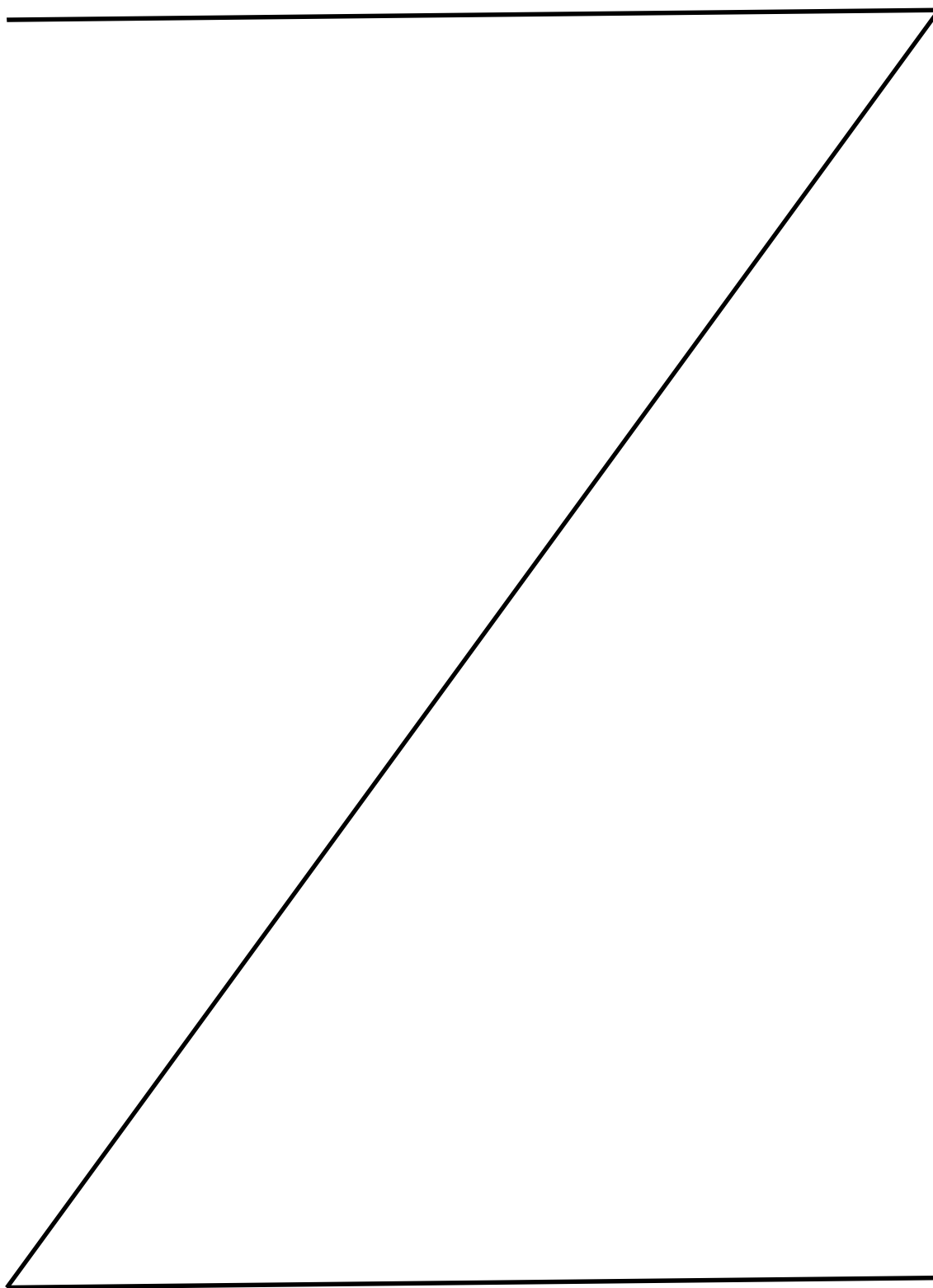
- *O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:* Não, não me responda que eu não lhe respondi e ouvi-o ... -----

O Senhor Jacinto de Jesus Oliveira intervém novamente fora do parlatório não sendo por isso perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Jacinto! -----
O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: olhe, há uma coisa que também não me preocupa, é ... -----
O Senhor Jacinto de Jesus Oliveira intervém uma vez mais fora do parlatório não sendo por isso perceptível na gravação o que foi dito. -----
- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: esse tipo de ameaças... não faça isso, não faça isso... -----
- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Jacinto, nós já o ouvimos. -----
- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: não faça isso! Deixe-me dizer-lhe uma outra coisa. Eu tenho aqui como informação e se calhar nem lha devia dar devia aguardar que fosse ao sítio próprio. Tenho aqui que a sua rua tem projeto e que está incluída nas empreitadas contínuas, isto significa, e eu que não tive nenhuma decisão sobre isso, vou cumprir aquilo que decidimos, que o meu antecessor decidiu, mas deixe-me dizer-lhe: não continue com esse tipo de ameaças. Se alguém respeita a instituição sou eu, e, portanto, se quiser, mas que fique muito claro, olhe lá para mim, que fique muito claro, o senhor se quiser prossiga nas instâncias judiciais, agora há uma coisa que eu não lhe admito, nós tratamo-lo com consideração e exigimos exatamente o mesmo respeito. Guarde as ameaças para outro sítio Senhor Jacinto... -----
O Senhor Jacinto de Jesus Oliveira intervém uma vez mais fora do parlatório não sendo por isso perceptível na gravação o que foi dito. -----
- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: mas guarde... fale com calma, entregue a quem quiser, mas não volte a repetir isso, nós não lhe admitimos esse tipo de tratamento. -----
---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Senhor Jacinto, já o ouvimos, e por isso temos que ter todos respeito uns pelos outros, já o ouvimos e por isso as coisas vão ter o seu seguimento. Já teve também até aqui uma versão da câmara, e por isso, agradecemos a sua intervenção. Está bem? Não é preciso mais nada, fica registado está bem? Obrigado. --
O Senhor Jacinto de Jesus Oliveira insiste em voltar a intervir uma vez mais fora do parlatório não sendo por isso perceptível na gravação o que foi dito. -----
- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: já teve a sua intervenção, está bem? ok. Obrigado. Está bem? Obrigado. -----
Pronto! Havia três inscrições o primeiro e não, contactámos o terceiro também não, e por isso estão encerrados os trabalhos, agradecemos a colaboração de todos. -----
E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de 26 de fevereiro de dois mil e vinte e quatro quando eram treze horas. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 54 páginas anexas, que vai ser assinada por mim, _____, Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria





ANEXO 1



INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 26 DE FEVEREIRO DE 2024

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Deputados,

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.

Num momento em que tanto se debatem assuntos de relevo para o País, muito fruto destas eleições legislativas que teremos daqui a uns dias, não nos furtamos a estimular e trazer para a ordem do dia a necessária e imperativa ligação ferroviária Aveiro – Viseu – Guarda – Salamanca.

Foi com esse propósito que fomos a Salamanca no passado mês de janeiro deste ano e, foi com esse mesmo propósito que acolhemos em Viseu várias autoridades Portuguesas e Espanholas, já durante o mês de fevereiro.

ANEXO 1



Todos concordamos com os objetivos de levar a ferrovia a todas as capitais de distrito, promover melhores ligações da rede ferroviária às infraestruturas portuárias e aeroportuárias, assegurar uma cobertura adequada do território e a ligação dos centros urbanos mais relevantes, bem como as ligações transfronteiriças ibéricas e a integração na rede transeuropeia.

Reconhecemos, nesses encontros que fizemos, a escassez e a falta de eficiência das ligações ferroviárias com impacto na mobilidade das pessoas e mercadorias entre ambos os países, assim como com o resto da Europa, atrofiando o crescimento económico dos dois Países.

À semelhança do que fizemos aquando da construção do IP5 (“IP5 - Uma rota para a Europa” que evoluiu hoje, dando como consequência a “rede Cencyl”) e, mais tarde, da A25, em que a cooperação entre os dois países foi capaz de ser fortalecida pela ação das instituições e das associações empresariais desta zona do território, dando sustentabilidade à decisão política da construção e ligação dessa importante via, quisemos com estes encontros:

- Potenciar a colaboração dos dois Governos com vista à construção da ligação ferroviária Aveiro – Viseu – Guarda - Salamanca.;

- Envolver a comunidade e as associações empresariais neste desígnio nacional;

ANEXO 1



- Criar condições para fortalecer a competitividade das linhas existentes através da otimização dos traçados e da eletrificação integral da rede;

- Alertar os Governos Nacionais para a necessidade de melhorar a interoperabilidade das infraestruturas ferroviárias para conseguir uma circulação fluida e regular de comboios entre Espanha e Portugal;

A ligação à europa tem que ser potenciada com esta conexão ferroviária.

Percebemos bem que, por razões várias, a porta natural da europa para a ligação ferroviária é através deste eixo.

Não é seguramente na ligação Lisboa – Porto – Galiza que facilitaremos a chegada ao centro da Europa, nem na “orográfica” ligação mais a norte com impacto financeiro relevante e com redução de conforto consequente.

Daí a valia e a pertinência destes encontros, que já têm previsão de reedição no período pós-eleitoral que vivemos.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

**ANEXO 1**

Aproveito para recordar as principais conclusões do encontro de Viseu, que juntou autoridades espanholas e portuguesas:

1. Impulsionar a via de conexão do Corredor Atlântico no troço ibérico (Aveiro – Viseu – Guarda - Salamanca) e a sua ligação com Madrid, por forma a facilitar uma mobilidade eficiente de passageiros e mercadorias por transporte ferroviário entre Espanha e Portugal.
2. Garantir a implementação de comboios de alta velocidade nesta conexão ferroviária que permita o desenvolvimento económico regional e gere oportunidades para novas iniciativas empresariais que favoreçam umas perspetivas de futuro renovadas para atrair e fixar população.
3. Avançar neste projeto decisivo que beneficiará, não apenas as nossas empresas, mas também o desenvolvimento sustentável e a prosperidade dos nossos territórios.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Continuaremos esta forma de pressão dos Governos dos dois países, a bem da Região, a bem de Portugal, de Espanha e da unidade e coesão social e económica de toda a Europa.

**ANEXO 1**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Noutro capítulo deste ano 2024, não poderia deixar de evidenciar a Gala da Cidade Europeia do Desporto que ocorreu no passado mês de janeiro.

Foi o pontapé de saída de um ano em que queremos elevar ainda mais o nome de Viseu e dos Viseenses.

Elevar o nome de todos aqueles que contribuem para a afirmação do desporto, da atividade física e da inclusão.

Este reconhecimento europeu das infraestruturas desportivas, dos atletas e de Viseu como destino desportivo traz-nos uma responsabilidade acrescida para este ano 2024 e para todo o futuro do Concelho.

Cada Viseense é um embaixador do desporto e da atividade física.

A melhor cidade para se viver em Portugal é, também, a melhor cidade para se praticar desporto.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

**ANEXO 1**

Queremos neste ano potenciar o turismo através da atividade física de do desporto.

Queremos aliar desporto e atividade física à proteção do meio ambiente e ao correto usufruto da natureza que nos caracteriza.

É, também, a oportunidade de dar expressão a outro dos galardões que, entretanto, recebemos.

Fomos distinguidos por uma das mais conceituadas revistas de vinhos em Portugal como Destino Gastronómico do ano 2023.

É um prémio da cozinha beirã e dos nossos operadores económicos na área da restauração.

Um prémio que reconheceu em 2023 Viseu como o melhor destino gastronómico e que dá valor à boa mesa e à hospitalidade dos Viseenses.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Estas distinções são motivo de orgulho de toda uma comunidade, mas, também, responsabilização coletiva para que continuemos a trabalhar em prol da Região.

**ANEXO 1**

Estou certo que sentimos esse orgulho e essa redobrada responsabilidade.

Para concluir,

Senhor Presidente

e

Senhores Deputados

Deixamos à consideração de V. Ex.^{as}, através das 34 folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº1 e nº4 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- situação financeira, saldo atual e o estado das dívidas a fornecedores;
- informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;
- recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado, com vista ao acompanhamento legalmente previsto.

ANEXO 1



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 20/FEVEREIRO/2024

	€		€
Saldo Inicial (orçamental)	10 043 109,86	Despesa Corrente	7 171 081,16
Receita Corrente	4 311 626,53	Despesa de Capital	1 082 535,62
Receita de Capital	2 949 597,57	Outras Despesas	45 114,63
Outras Receitas	20 842,59	Total das Despesas	8 298 731,41
Total das Receitas	7 282 066,69	Saldo Actual (orçamental)	9 026 445,14

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 20 de FEVEREIRO de 2024

	€
Fornecedores	2 425 051,80
Outros devedores e credores	263 367,64
Total	2 688 419,44

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 20 de FEVEREIRO de 2024

	€
Empréstimos/Financiamentos obtidos	14 833 612,20
Estado e outros entes públicos	633 315,30
Total	15 466 927,50

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

REGISTO DAS VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damilão Loureiro					X
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X			
18	PPD/PSD	BODICOSA		X			
19	PPD/PSD	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
20	PPD/PSD	CALDE		X			
21	PPD/PSD	CAMPO		X			
22	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
23	PPD/PSD	CÓTA		X			
24	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
25	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÁ SÁ	X				
26	PPD/PSD	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
27	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
28	PPD/PSD	ANTÓNIO DE ALMEIDA JESUS LOPES		X			
29	PPD/PSD	ORGENS		X			
30	PPD/PSD	Maurício Marques Dias		X			
31	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
32	PPD/PSD	José Manuel Almeida Fernandes		X			
33	PPD/PSD	RANHADOS		X			
34	PPD/PSD	António Soares Correia		X			
35	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
36	PPD/PSD	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
37	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
38	PPD/PSD	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
39	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			
40	PPD/PSD	José Ernesto Barreiros Coelho		X			
41	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
42	PPD/PSD	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou aprovar por 49 votos a favor e 1 (um) abstenção

— Viseu, 26/02/2024

[Assinaturas]



ANEXO 2



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

REGISTO DAS VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	UISEU		X			
36	PS			X			
37	PS						X
38	PS			X			
39	PS		X				
40	PS			X			
41	PS		X				
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	Chega		X				
52	Bloco Esquerda					X	
Resultado			6	42	0	1	3

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2024 - REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA) REVISÃO N.º 1 nos termos e para os efeitos do disposto

na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou

abstencionar por 49 votos a favor e 1 (uma) abstenção

- Viseu, 26/02/2024

[Handwritten signatures]

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos	GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2024 - REVISÃO n.º 1 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>aprovam por 12 votos a favor e 1 (um) abstenção</u> Viseu, 26/02/2024					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro					X
13	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FÁRMINHÃO E TORREDETA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÁ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos	GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2024 - REVISÃO n.º 1 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>abstenciona por 42 votos a favor e 1 (uma) abstenção</u> Viseu, 26/02/2024 <i>[Assinatura]</i>					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva					X
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena				X	
Resultado				6	42	0	1	3

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos	PROPOSTA FINAL DA CARTA SOCIAL MUNICIPAL		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u>				
	nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto na sua atual redação		Viseu, 26/02/2024				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues					X
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10 PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12 PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16 PPD/PSD	BARRIROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17 PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28 PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos	PROPOSTA FINAL DA CARTA SOCIAL MUNICIPAL		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>aprovou por unanimidade</i>				
	nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto na sua atual redação		Viseu, 26/02/2024				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		Fernando José Cardoso Rodrigues	X		
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		Aurélio Pereira Lourenço	X		
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes	X		
35	PPD/PSD	WISEU		Diamantino Amaral dos Santos	X		
36	PS			João Paulo Loureiro Rebelo	X		
37	PS			Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X
38	PS			José Pedro Esteves Gomes	X		
39	PS		X	Mauro Leandro Matos Pinto			
40	PS			Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque	X		
41	PS		X	Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu			
42	PS			Celina Lourenço Martins Ferreira	X		
43	PS			Jorge Adolfo de Meneses Marques	X		
44	PS			Alberto Afonso Pereira da Silva Costa	X		
45	PS			Maria de Fátima Fernandes Lopes	X		
46	PS			Bruno Luís Cardoso de Melo	X		
47	PS	LORDOSA		José Manuel Lopes Pereira	X		
48	PS	MUNDÃO		Pedro Alexandre Dias Carragoso	X		
49	PS	REPESSES S. SALVADOR		Márcia Sofia Gomes de Lima	X		
50	PS	RIO DE LOBA		Adelino Silvério Ferreira Esteves	X		
51	Chega		X	Amélia Maria da Silva Soares			
52	Bloco Esquerda			Lúcia Maria de Abreu Vilhena	X		
Resultado			6	43	0	0	3

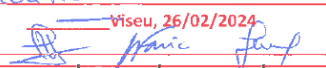
a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos	PROJETO DE REGULAMENTO DA ESCOLA A TEMPO INTEIRO DO MUNICÍPIO DE VISEU - RATIFICAÇÃO		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou				
	nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo		<p><i>aprovou por 23 votos e deu o 1º/11º voto contrário</i></p> <p>Viseu, 26/02/2024</p> 				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Ruí Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEJA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Ruí Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou aprovar por 43 votos a favor e 1 (um) voto contrário						
PROJETO DE REGULAMENTO DA ESCOLA A TEMPO INTEIRO DO MUNICÍPIO DE VISEU - RATIFICAÇÃO		Viseu, 26/02/2024						
nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SOPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Viihena			X		
Resultado			6	43	1	0	2	

a) Declaração de voto


b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 6



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>abstém-se com 32 votos a favor e 12 (doz) abstenções</i>				
			FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos REGULAMENTO DO MERCADO 2 DE MAIO - RATIFICAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo			Viseu, 26/02/2024 				
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34 PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35 PPD/PSD	UISELI	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		João Paulo Loureiro Rebelo				X	
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva					X
38 PS		José Pedro Esteves Gomes				X	
39 PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40 PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque				X	
41 PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42 PS		Celina Lourenço Martins Ferreira				X	
43 PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques				X	
44 PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa				X	
45 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes				X	
46 PS		Bruno Luís Cardoso de Melo				X	
47 PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira				X	
48 PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso				X	
49 PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima				X	
50 PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves				X	
51 Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52 Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
Resultado			6	32	0	12	2

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou aprovar por 32 votos a favor e 12 (doze) abstenções

Viseu, 26/02/2024


a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E EXPLORAÇÃO DO CENTRO OPERACIONAL DE MOBILIDADE DE VISEU (COMV) nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>aprovou por unanimidade</i> Viseu, 26/02/2024 				
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X			
16	PPD/PSD	BARRIROS CEPÕES UF		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		X			
19	PPD/PSD	CALDE		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
22	PPD/PSD	CÓTA		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos	REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E EXPLORAÇÃO DO CENTRO OPERACIONAL DE MOBILIDADE DE VISEU (COMV)		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u>					
	nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Viseu, 26/02/2024					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Auréllo Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPÊSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
			Resultado	6	44	0	0	2

a) Declaração de voto



b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 8



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos	PROJETO DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou				
	nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		<i>abreviou para 31 artigos e para 1 (um) artigo inscrita à 12 (doze) abstenções</i> Viseu, 26/02/2024  				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		X			
19	PPD/PSD	CALDE		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
22	PPD/PSD	CÔTA		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	UISEU		X			
36	PS					X	
37	PS						X
38	PS					X	
39	PS		X				
40	PS					X	
41	PS		X				
42	PS					X	
43	PS					X	
44	PS					X	
45	PS					X	
46	PS					X	
47	PS	LORDOSA				X	
48	PS	MUNDÃO				X	
49	PS	REPESES S. SALVADOR				X	
50	PS	RIO DE LOBA				X	
51	Chega		X				
52	Bloco Esquerda				X		
Resultado			6	31	1	12	2

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou

aproximadamente por 31 votos a favor, 1 (um) voto contra e 12 (doze) abstenções

Viseu, 26/02/2024

[Assinaturas]

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2		Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8		João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12		Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	BARRERIOS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	CALDE	José Fernandes		X			
20	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	FÁL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27	POVOUDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou

admitir para a 3.ª e 4.ª sessões a 1.ª e 2.ª

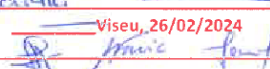
Viseu, 26/02/2024

[Handwritten signature]



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos DESCENTRALIZAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE, AO ABRIGO DOS ARTIGOS 13.º E 33.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DO NOVO AUTO DE TRANSFERÊNCIA E RESPECTIVA ADENDA nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>apresentar por 13 votos a favor o 1 (um) voto contrário</i> Viseu, 26/02/2024 					
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SÓUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Villhena			X		
			Resultado	6	43	1	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>apreciar por 1/2 voto cada um 1 (um) voto contrário e 1 (uma) abstenção</i>				
			FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques				X a)	
6 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10 PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12 PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16 PPD/PSD	BARREROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17 PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28 PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Resultado
Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - ADENDAS nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>apoiar por 42 votos a favor, 1 (um) voto contrário e 1 (uma) abstenção</i> Viseu, 26/02/2024 <i>[Assinaturas]</i>					
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Perelra		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adeílino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena			X		
			Resultado	6	42	1	1	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 11



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 11 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>abstiveram por 2 votos a favor, 11 votos contra e 1 (uma) abstenção</i> Viseu, 26/02/2024						
CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO								
nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X	
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques				X a)		
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X					
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X					
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X				
17	PPD/PSD	BODALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo	X					
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou aprovar por 42 votos a favor, 1 (um) voto contrário e 1 (uma) abstenção Viseu, 26/02/2024 <i>[Assinatura]</i>
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Auréllo Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginstal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena			X		
			Resultado	6	42	1	1	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		X			
19	PPD/PSD	CALDE		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
22	PPD/PSD	CÔTA		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou

apreciar por unanimidade

Viseu, 26/02/2024



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>aproxar por unanimidade</i>				
				FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
Votação da Proposta inscrita no PONTO 12 da Ordem de Trabalhos IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - PRORROGAÇÃO DE PRAZO nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua atual redação, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>aproxar por unanimidade</i> <i>Viseu, 26/02/2024</i>					
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferrelra Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
			Resultado	6	44	0	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses




Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

Tomar conhecimento da Proposta inscrita no PONTO 13 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>aprovou por unanimidade</i>						
DELIMITAÇÃO DA ARU - OLIVEIRA DE CIMA - FREGUESIA DE BODIOSA		<i>Viseu, 26/02/2024</i>						
nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X	
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X					
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X					
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo	X					
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>aprobou por unanimidade</i> Viseu, 26/02/2024 
Tomar conhecimento da Proposta inscrita no PONTO 13 da Ordem de Trabalhos DELIMITAÇÃO DA ARU - OLIVEIRA DE CIMA - FREGUESIA DE BODIOSA nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação								
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
			Resultado	6	44	0	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	Tomar conhecimento da Proposta inscrita no PONTO 14 da Ordem de Trabalhos	
								DELIMITAÇÃO DA ARU - FRAGOSELA DE BAIXO - FREGUESIA DE FRAGOSELA	nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação
<p style="text-align: right;">Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou</p> <p style="text-align: center;"><i>apreciar por unanimidade</i></p> <p style="text-align: right;">Viseu, 26/02/2024</p>									
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X					
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves						X	
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X					
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X					
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X					
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X					
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X						
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X					
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X					
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X						
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X					
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X					
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X					
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X					
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X					
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X					
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X					
18	PPD/PSD	BODIOSA		X					
19	PPD/PSD	CALDE		X					
20	PPD/PSD	CAMPO		X					
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X					
22	PPD/PSD	CÔTA		X					
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X					
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ	X						
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X					
26	PPD/PSD	ORGENS		X					
27	PPD/PSD	POVOUDE		X					
28	PPD/PSD	RANHADOS		X					
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X					
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X					
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X					



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>apreciar por unanimidade</i> Viseu, 26/02/2024
Tomar conhecimento da Proposta inscrita no PONTO 14 da Ordem de Trabalhos		DELIMITAÇÃO DA ARU - FRAGOSELA DE BAIXO - FREGUESIA DE FRAGOSELA nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação						
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Armélia Maria da Silva Soares	X				
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
			Resultado	6	44	0	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 15 da Ordem de Trabalhos	DELIMITAÇÃO DA ZONA DE PRESSÃO URBANÍSTICA DE VISEU		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>opinar-se pela unanimidade</u>				
	nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 159/2006 de 8 de agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21 de maio, na sua actual redação		Viseu, 26/02/2024				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferrelira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferrelira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 15 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> — <u>Viseu, 26/02/2024</u> <i>[Handwritten signatures]</i>						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		Aurélio Pereira Lourenço	X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes	X			
35	PPD/PSD	UISEU		Diamantino Amaral dos Santos	X			
36	PS			João Paulo Loureiro Rebelo	X			
37	PS			Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X	
38	PS			José Pedro Esteves Gomes	X			
39	PS		X	Mauro Leandro Matos Pinto				
40	PS			Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque	X			
41	PS		X	Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu				
42	PS			Celina Lourenço Martins Ferreira	X			
43	PS			Jorge Adolfo de Meneses Marques	X			
44	PS			Alberto Afonso Pereira da Silva Costa	X			
45	PS			Maria de Fátima Fernandes Lopes	X			
46	PS			Bruno Luís Cardoso de Melo	X			
47	PS	LORDOSA		José Manuel Lopes Pereira	X			
48	PS	MUNDÃO		Pedro Alexandre Dias Carragoso	X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR		Márcia Sofia Gomes de Lima	X			
50	PS	RIO DE LOBA		Adelino Silvério Ferreira Esteves	X			
51	Chega		X	Amélia Maria da Silva Soares				
52	Bloco Esquerda			Lúcia Maria de Abreu Vilhena	X			
Resultado			6	44	0	0	2	

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 16 da Ordem de Trabalhos	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>abrir-se para unanimidade</u>						
	Viseu, 26/02/2024						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10 PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12 PPD/PSD		Maria Francisca Damão Loureiro		X			
13 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16 PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17 PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22 PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28 PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 16 da Ordem de Trabalhos	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u>							
	Viseu, 26/02/2024							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Bloco Esquerda		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
			Resultado	6	44	0	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ARRAVESES		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X			
18	PPD/PSD	BODDIOSA		X			
19	PPD/PSD	CALDE		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
22	PPD/PSD	CÓTA		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou
abstencas por 23 votos a favor e 1 (um) abstenção

Viseu, 26/02/2024



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 17 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>abrir as obras de 43 votos a favor e 1 (um) abstenção</u> Viseu, 26/02/2024						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felicia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Chega		Lúcia Maria de Abreu Vilhena			X		
			Resultado	6	43	0	1	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferrelra	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X			
16	PPD/PSD	BARREROS CERÕES UF		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		X			
19	PPD/PSD	CALDE		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
22	PPD/PSD	CÓTA		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			

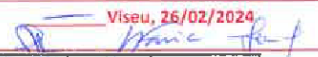
Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou

aprovou por unanimidade

Viseu, 26/02/2024



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 18 da Ordem de Trabalhos DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO E GESTÃO ESCOLAR nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>apoiar por unanimidade</i> Viseu, 26/02/2024 				
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X		
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Auréllo Pereira Lourenço		X		
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X		
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X		
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X		
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X			
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X		
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X		
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X		
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X		
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X		
51	BE		Amélia Maria da Silva Soares	X			
52	Chega		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X		
Resultado			6	44	0	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 19 da Ordem de Trabalhos	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <i>aprovar por unanimidade</i>						
	nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação		Viseu, 26/02/2024				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 19 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> <u>Viseu, 26/02/2024</u>							
DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - GABINETE DE GESTÃO E INTELIGÊNCIA URBANA nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação		GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X				
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X				
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferrelra Felícia Mendes		X				
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X				
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X				
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva					X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X				
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X					
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X				
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X					
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X				
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X				
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X				
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X				
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X				
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X				
48	PS	MUNDAÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X				
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X				
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X				
51	BE		Amélia Maria da Silva Soares	X					
52	Chega		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X				
Resultado					6	44	0	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1. PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2. PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3. PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4. PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5. PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6. PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7. PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8. PPD/PSD		João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9. PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10. PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11. PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12. PPD/PSD		Maria Francisca Damilão Loureiro		X			
13. PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14. PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15. PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16. PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17. PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18. PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19. PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20. PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21. PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22. PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23. PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24. PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25. PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26. PPD/PSD	ORGENS	Mauricio Marques Dias		X			
27. PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28. PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29. PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30. PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31. PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou aprovar por unanimidade

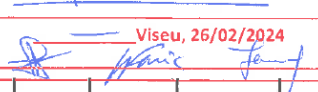
Viseu, 26/02/2024

[Handwritten signatures]



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
Votação da Proposta inscrita no PONTO 20 da Ordem de Trabalhos DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE INOVAÇÃO EDUCATIVA nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> — Viseu, 26/02/2024 					
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SOPIRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebeilo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginstal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Chega		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
			Resultado	6	44	0	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024
VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 21 da Ordem de Trabalhos	DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO DA REDE nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>aproxar por unanimidade</u> — Viseu, 26/02/2024					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FÁIL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>apoiar por unanimidade</u> - Viseu, 26/02/2024 <i>[Signature]</i>
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VEISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDAO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Chega		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
			Resultado	6	44	0	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 26/02/2024				
			FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10 PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12 PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16 PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17 PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22 PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28 PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> - Viseu, 26/02/2024					
			FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva					X
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Chega		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
			Resultado	6	44	0	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÁ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou aprovou por unanimidade —

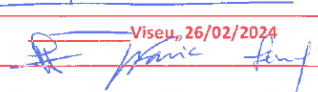
Viseu, 26/02/2024

[Handwritten signature]



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
Votação da Proposta inscrita no PONTO 23 da Ordem de Trabalhos PEDIDO DE EMPRÉSTIMO DA LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - REABILITAÇÃO DO ANTIGO ORFEÃO - PARU/PEDU - REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO E NOVA MINUTA DE CONTRATO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u>					
			Viseu, 26/02/2024 					
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Chega		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
			Resultado	6	44	0	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida	X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damilão Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou aprovar por unanimidade -

Viseu, 26/02/2024

[Signature]



Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2024 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 24 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> -		Viseu, 26/02/2024				
GRUPO MUNICIPAL		FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva					X
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo Amândio Ginestal M.M. Albuquerque		X			
41	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Amélia Maria da Silva Soares	X				
52	Chega		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
Resultado				6	44	0	0	2

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses